CONVÊNIO ACADÊMICO

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Projeto "Memória da Constituinte (1987-1988)"

Depoimento:

FERNANDO LYRA

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Nascido no Recife em 1938, Fernando Soares Lyra graduou-se pela Faculdade de Direito de Caruaru (PE). Em 1966, elegeu-se deputado estadual pelo MDB. Em 1970, obteve o mandato de deputado federal, também pelo MDB. Fez parte do chamado Grupo Autêntico *do MDB, que defendia um posicionamento mais incisivo ante o regime militar, em contraposição à postura conciliadora da facção moderada. Reelegeu-se em 1974 e 1978. Filiou-se ao PMDB em 1979. Reelegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1982, ocupando o cargo de 1º. Secretário da Mesa Diretora. Passou então a defender uma postura de maior moderação em relação ao governo federal, argumentando que o momento político era diferente dos anos anteriores. Sustentava que o reordenamento constitucional do país deveria preceder a convocação das eleições diretas para Presidente da República. Alinhou-se então ao "grupo moderado" do PMDB, que tinha como principal liderança o governador mineiro Tancredo Neves, distanciando-se da ala liderada pelo presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, que defendia a convocação imediata de eleições presidenciais diretas. Participou das negociações visando à formação da Aliança Democrática (PMDB e Frente Liberal). Com a posse de Sarney, Lyra, escolhido por Tancredo Neves, vai para a pasta da Justiça, promovendo o que chamou de "remoção do entulho autoritário". Pressionado por setores militares, que criticavam publicamente a presença de ''comunistas'' no primeiro escalão do Governo, com a reforma ministerial de Sarney, Lyra deixaria a pasta da Justiça em fevereiro de 1986. Em novembro desse ano, Lyra reelegeu-se deputado federal pelo PMDB pernambucano com mais de 90 mil votos, sendo o 2º. constituinte mais votado em seu Estado. Em 1° de fevereiro de 1987, Lyra candidatou-se à presidência da Câmara dos Deputados, mas foi derrotado por Ulysses Guimarães. Durante os trabalhos da Constituinte, atuou como membro titular na Comissão de Sistematização (1987-1988) e, como suplente, na Subcomissão do Poder Executivo da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo (1988). Em 1987, ainda na Constituinte, rompeu com PMDB e filiou-se ao PDT. Nas eleições presidenciais de 1989, Lyra foi candidato a vice-presidente, na chapa do PDT encabeçada por Leonel Brizola. Voltaria à Câmara dos Deputados em dezembro de 1992, na vaga de Fernando Bezerra Coelho. Por divergências com a cúpula do PDT, filiou-se ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), então sob a liderança de Miguel Arraes. Em 1994, foi reeleito deputado federal pela 7ª. vez. Em 1998, Lyra optou por não disputar novo mandato, deixando o Congresso Nacional em janeiro de 1999, ao final da legislatura. Faleceu em 2013.*

O MDB dos "autênticos": do regime militar à Constituinte

Nasci na cidade do Recife em outubro de 1938. Mas sou essencialmente um homem do interior, criado em Caruaru (PE). Lá, me envolvi com a política muito cedo. Quando fiz campanha eleitoral pela primeira vez, em 1955, eu não era sequer eleitor. O governador de Pernambuco, Cordeiro de Farias,[1] foi a Caruaru e indicou um candidato único a prefeito. Soube, muito mais tarde, que isso se deu porque ele, apoiando Juarez Távora,[2] não queria ver o PSD apoiando Juscelino. Seu interesse visava, portanto, a uma candidatura única.

No ano de 1958, participei intensamente de todos os atos da campanha de Cid Sampaio,[3] em Pernambuco. Naquela atmosfera, meu pai, que em Caruaru era dono de uma concessionária da Ford e depois da Mercedes, entusiasmado com meu desempenho político, candidatou-se a prefeito de Caruaru em 1959, conseguindo eleger-se. Terminado o mandato no ano de 1963, ele voltou a comandar os negócios da família. Pessoalmente, apesar de participar de campanhas políticas, eu restringia minhas atividades a uma empresa de transporte de passageiros de nossa propriedade.

Veio o golpe de 1964. Embora ainda sem muita consciência política, achei tudo aquilo muito estranho. Dei-me conta da violência política, dos atos de exceção e, naturalmente, tomei posição contrária.

Em 1965, tantas foram as cassações que faltaram deputados federais em Pernambuco. Na tentativa de completar a bancada, houve uma eleição suplementar para a Câmara dos Deputados em Brasília. Meu primeiro voto de oposição consciente foi nessa eleição. A partir daí, alguns companheiros me incentivaram a entrar na política partidária. Não resisti ao apelo deles e ajudei a

fundar o MDB de Caruaru e de Pernambuco. Nas eleições de 1966, saí candidato a deputado estadual, e meu pai, João Lyra Filho, a deputado federal. Nós dois nos elegemos para o mandato 1967-1971. Na Assembleia Legislativa, encontrei algumas figuras que foram fundamentais em minha vida pública, entre as quais ressalto Egydio Ferreira Lima.[4] Identifico, aí, o tempo de minha efetiva tomada de consciência política.

Meses depois, viria o AI-5, fechando a Assembleia por um ano e seis meses, nos deixando com mandato eletivo mas sem exercício. A Assembleia foi reaberta em julho de 1970. Um grupo de deputados passou a defender minha candidatura a deputado federal. Em função das circunstâncias, considerei remota essa possibilidade. Paulo Cavalcanti, um antigo militante do PCB, me procurou e, após muito conversarmos, ofereceu apoio à candidatura. Fui eleito, em 1970, para uma vaga da Câmara dos Deputados federais, junto com mais dois pernambucanos: Marcos Freire[5] e Thales Ramalho[6] -- Marcos e eu à esquerda, Thales na centro-direita.

EM BRASÍLIA: UMA OPOSIÇÃO PRA VALER

Cheguei a Brasília como deputado federal e comecei os contatos. Identificamos, desde os primeiros minutos, quem realmente queria opor-se à ditadura. Inicialmente, havia Lysâneas Maciel[7] e J. G. de Araújo Jorge,[8] do Rio de Janeiro; Francisco Pinto,[9] da Bahia; Alencar Furtado,[10] do Paraná; Santilli Sobrinho[11] e Freitas Nobre,[12] de São Paulo; e Paes de Andrade,[13] do Ceará. Também nos identificamos com Freitas Diniz,[14] do Maranhão; Marcondes Gadelha,[15] da Paraíba; Nadyr Rossetti,[16] Getúlio Dias,[17] Alceu Collares[18] e Amaury Muller,[19] do Rio Grande do Sul; Jaison Barreto,[20] de Santa Catarina; e Fernando Cunha,[21] de Goiás. Começamos a conversar e o nosso grupo foi tomando forma. Essa posição contestava a direção nacional do MDB, que fazia oposição ao governo, mas não ao regime. Na época, a bancada do MDB contava com 76 deputados; destes, apenas uns 15% efetivamente se identificavam

conosco. Era uma luta muito difícil. Mas o grupo foi crescendo. Em determinadas ocasiões, como na "anticandidatura" de Ulysses ao Colégio Eleitoral, esse grupo aumentou, chegando a 23 pessoas. E tivemos aliados no percurso. Josaphat Marinho[22] foi um deles, sendo nosso candidato contra Ulysses, na primeira participação que tivemos durante a eleição do Diretório Nacional.

Quero ressaltar um fator de extrema importância ao chegarmos a Câmara: a presença de Pedroso Horta.[23] Todo mundo que conhece a vida do Dr. Pedroso sabe que ele foi realmente um liberal, na expressão legítima da palavra. No último ano de sua vida, que foi em 1971, foi eleito líder do MDB, cumprindo uma missão muito importante. Eu só apareci, realmente, no cenário nacional porque fui seu vice-líder, conseguindo, a partir desse fato, um vasto campo de manobra.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, O QG DOS "AUTÊNTICOS"

O "grupo autêntico" foi o produto do que considero a grande mágica da vida: coincidência e conversa. E havia muitas dificuldades: na época, não havia discagem a longa distância, xerox ou fax. Não tínhamos nem mesmo gabinetes! Graças à guarida de Paes de Andrade, que era veterano e fazia parte da Mesa Diretora, passamos a nos reunir na 2ª. Secretaria da Câmara. Data daí a trajetória dos "autênticos", cujo nome nos foi dado por um jornalista de *O Globo*, Evandro Paranaguá, durante o Seminário de Recife, sobre o qual falarei mais adiante.

É evidente que o Grupo Autêntico contava com diversas tendências ideológicas. Mas nunca nenhum de nós simpatizou ou apoiou a luta armada. Sempre apostamos na luta democrática institucional. Muitas vezes, sentimos uma impotência muito clara. Os jornais não davam nada, era tudo censurado. Foram anos muito difíceis. Só nos restava a tribuna do parlamento, e mesmo assim, naquela época, não era transmitida -- a não ser a citação da *Voz Brasil*.

Mas, de qualquer maneira, começamos a tentar fazer outras coisas. Dentre os mais combativos, havia Chico Pinto, um nacionalista exacerbado, que, inclusive mantinha muito contato com os militares; e Lysâneas, um empedernido lutador pelos direitos humanos. Além de ser sujeito extraordinário, era advogado de presos políticos e, sendo evangélico, trazia mais força, mais fé, mais crença na luta. É preciso lembrar que ele queria, já na primeira hora, apresentar uma CPI da tortura. Como membro do Conselho Mundial das Igrejas, ele tinha uma visão internacional do processo. Eu e os demais componentes do grupo éramos, de certa forma, provincianos, e não conhecíamos o que era o exterior, nem seu significado em política.

O Grupo Autêntico do MDB foi a primeira tentativa sistemática e organizada de combater o regime, no campo institucional. Não de modo personalista, mas coletivo. Não pelo improviso, mas com a organicidade interna tão indispensável, embora de forma nenhuma fôssemos uniformes. Tínhamos, na nossa diversidade, os mesmos objetivos, claramente definidos. Fazíamos isso por meio de muita união, solidariedade e conversa, sistematizando os nossos planos. Costumo sempre dizer que o grupo dos "autênticos" foi o quebra-gelo do processo político, os que não apagaram a luz: os "inconsequentes", entre aspas. Também fomos nós que despertamos para o rompimento com o voto nulo, cujo resultado extraordinário tem sua maior expressão em Lysâneas: nas eleições de 1970, ele obteve 16 mil votos para deputado federal na Guanabara; em 1974, chegou a 100 mil votos! O nosso grupo, de um modo geral, recebeu uma bonita votação nessa eleição, cujas causas atribuo à campanha contra o voto nulo e à "anticandidatura" de 1973.

Mais até do que o partido, convicções ideológicas ou lideranças individuais, o que unia mesmo os "autênticos" era o idealismo. A luta pela liberdade no caminho natural de oposição ao regime. Era o *regime* que deveríamos denunciar e combater, e não simplesmente o *governo*! Nossa luta era de dentro para fora.

No Congresso Nacional, primeiramente. E, quando podíamos, também nas ruas. Desse modo, deixo claro que tínhamos dois *fronts* de luta.

É interessante que não havia "liderança" no Grupo. Compúnhamos um conjunto, havendo realmente uma unidade muito grande, e a questão individual raríssimas vezes sobrepujava o coletivo. Nós não descansávamos: eram 24 horas de luta ininterrupta. Como não havia facilidades tecnológicas, rodávamos panfletos em mimeógrafos e os distribuímos na rua. Ou seja, não havia um canal que levasse nossa atuação e luta para fora do Congresso Nacional. Nada ecoava! A atuação da Igreja, CNBB, na época, era fraca, e só mais tarde teve uma participação importante. A OAB, por sua vez, também não apresentava qualquer expressividade. Éramos os únicos porta-vozes possíveis dos injustiçados e dos marginalizados. Ninguém sequer falava em anistia, só nós. Depois é que a ideia ganhou maior audiência.

O que juntava um pouco as duas tendências no MDB? Acho que era a tentativa de abrir o processo eleitoral. Mas a única aliança no interior do MDB que eu realmente considero positiva foi quando elegemos Alencar Furtado, em 1976, mas num outro patamar. Alencar foi realmente um aglutinador, conseguindo votos até da bancada "chaguista" do Rio de Janeiro, que era a antítese de nossa luta, pois era conivente com o processo da ditadura.

ANISTIA E CONSTITUINTE: A "CARTA DO RECIFE"

No partido, começamos a promover seminários, acontecendo o primeiro em abril de 1971, no Rio Grande do Sul. Estabeleço esse momento como o início da nossa aparição política, na qual houve até tiro de um louco, Clemens Sampaio,[24] da Bahia, que já naquele período era aliado de Antonio Carlos Magalhães.[25] Também esboçamos, de forma bastante contundente, o processo da luta pública contra a direção do MDB. Na ocasião, não tínhamos recesso parlamentar e, com o processo realmente deflagrado, fizemos um encontro na cidade do Recife,

ouvindo-se pela primeira vez as palavras de ordem: “Anistia ampla e irrestrita” e “Assembleia Nacional Constituinte”. Isso foi em junho de 1971.

A reunião nacional do MDB aconteceu na Assembleia Legislativa de Pernambuco e durou três dias. Foi ali que começou uma discussão mais ideológica no partido. Quer dizer, tinha uma parte mais de esquerda e uma parte mais conservadora, e foi ali que se pode dizer que efetivamente os “autênticos” se tornaram um grupo orgânico no interior do MDB. E fomos nós, os “autênticos”, que comandamos um manifesto a favor da Constituinte. Era uma coisa muito forte, mas, para o pessoal da direção do partido não ficar aquém, criou-se uma Carta do Recife, que inclusive foi elaborada pelo Tancredo. De modo que não se pode dizer que fosse um documento radical. Era mais uma manifestação, uma bandeira. Porque não tinha como a gente imaginar uma Constituinte naquela quadra.

“ANTICANDIDATURA”: O MDB VAI AO COLÉGIO ELEITORAL

Embora a lei não vetasse a possibilidade de um civil postular uma candidatura a Presidente da República, o contexto — que é soberano, na maioria dos casos — inviabilizava tudo. Tal como definida na Constituição, a votação para Presidente era realizada de forma pública, mas por via indireta, utilizando o instrumento criado para aquele insólito sistema, que, na falta de melhor expressão, poderia ser definido como “a democracia da ditadura”: o Colégio Eleitoral.

Nós, do *Grupo Autêntico*, resolvemos nos aproveitar daquele instrumento antidemocrático para miná-lo, rachá-lo e dividi-lo -- ou, ao menos, expor as suas brechas e desagregações internas. Até que ele se quebrasse de vez. Essa foi a grande sacada do *Grupo Autêntico*: uma “anticandidatura” à Presidência da República por parte da oposição. Iríamos usar a arma do inimigo contra o inimigo. Mas o *Grupo Autêntico* sabia que, com aquela iniciativa, extrapolava o limite das articulações apenas internas. Conto os detalhes.

No dia 14 de julho de 1972, houve em Brasília a inauguração do Palácio da Justiça, cujo ministro, Alfredo Buzaid,[26] era o protótipo do autoritarismo e da repressão. Eu e Chico Pinto estávamos no gabinete do deputado Paes de Andrade e começamos a imaginar qual poderia ser a forma de quebrar a hegemonia do sistema militar. Chico tinha um nacionalismo bem na linha do General Albuquerque Lima,[27] que havia perdido espaço político por ocasião da eleição de Médici. Debatemos o assunto e ficamos convencidos de que a única forma de romper com aquela estrutura seria um candidato militar para concorrer ao Colégio Eleitoral em 1973, para que falasse, também, para um auditório mais amplo, como para as Forças Armadas. Ele entendia que era necessário afastar preconceitos e criar novos aliados dentro da própria fortaleza do governo. Em outras palavras, apoiaríamos um candidato dissidente do sistema, para quebrar a supremacia militar. Achei uma estratégia perfeita!

Em uma dessas coincidências que a história nos apresenta, Pedroso Horta estava muito doente, perto do fim. Veio a Brasília fazer seu último discurso, no qual pregou uma candidatura militar, imaginando que o próprio Ernesto Geisel seria vetado pelo sistema. Não é difícil imaginar o quanto para nós era complicado uma candidatura militar, não só por questões, digamos, das adversidades que o próprio momento histórico impunha, mas até para conseguir um acesso, um diálogo com algum militar. Nosso sectarismo nos impedia; poucas pessoas conversavam com militares. Marcos Freire teve algumas conversas, bem como Chico Pinto. Depois de alguns contatos em vão — somente um coronel da ativa topou, e entendíamos que seria melhor um general —, Chico, eu, Marcos Freire e alguns outros companheiros procuramos o jornalista Barbosa Lima Sobrinho,[28] pernambucano, que morava na cidade do Rio de Janeiro. E ele aceitou disputar a Presidência da República pelo MDB.

Ulysses tinha se posicionado contrário à tese de o MDB ter candidatura própria. Mas, quando ele soube que Barbosa Lima aceitara o convite, mudou

repentinamente de posição, lançando-se candidato. Foi ao Rio, com Nélson Carneiro[29] e Amaral Peixoto,[30] à procura de Barbosa Lima, com o propósito de convencê-lo a ser o seu vice. Barbosa aceitou, para manter a unidade do partido. Assim, a chapa ficou fechada e com ela nosso acordo de apoiar Ulysses. Não obstante a "nossa" anticandidatura fosse concebida para rachar o sistema, a de Ulysses visava apenas denunciar e protestar contra a eleição. Nosso objetivo era minar o regime. E dissemos ao Ulysses: "Tudo bem, nós vamos em frente". E fizemos a campanha do "anticandidato" pelo país inteiro, embora muitos estivessem contrariados com isso. É bom registrar que se tratou de campanha altamente politizada e conscientizadora.

Chegamos, enfim, à véspera da escolha pelo Colégio Eleitoral. E nesse ponto, dissemos a Ulysses: "Olha, nós participamos até aqui. No entanto, não coonestaremos a eleição. Sua candidatura não é a candidatura militar que racharia o sistema, mas a candidatura do protesto". O MDB, contudo, fez uma reunião e resolveu ir ao Colégio Eleitoral com Dr. Ulysses e Barbosa. Deu-se aí o marco, o grande ato dos "autênticos", quando decidimos não ir ao Colégio Eleitoral, manifestando-nos contra ele e denunciando a eleição, já que Ulysses descumpriu o acordo e legitimou o general Geisel. É emocionante relembrar essa experiência, a satisfação que senti na condição de ouvinte assíduo da Rádio BBC de Londres, a única emissora que possibilitava acesso às notícias sobre o Brasil, que na mesma noite divulgou o resultado da eleição, exatamente assim: ARENA, 400 votos; MDB, 76 votos; e a Oposição Autêntica brasileira, 23 votos! A partir daí, nos ameaçaram de tudo, até de não recebermos *jeton*...

O importante disso tudo foi que conseguimos nos impor, e o resultado da experiência desdobrou-se no estouro da eleição de 1974. O MDB, criado para coonestar a ditadura, mostrava-se, a partir desse ponto, um partido representante da sociedade oprimida, cuja maior tradução ocorreu em 1974, com a eleição de 16 senadores.

1974: ELEIÇÃO CONSOLIDA A FORÇA DA OPOSIÇÃO

Não é exagero reafirmar que, antes da OAB, da Igreja e de qualquer ação sindical, foi do *Grupo dos Autênticos* que surgiu o primeiro movimento real contra a ditadura militar, através da Câmara dos Deputados. Digo especificamente a Câmara e não no Congresso Nacional, porque, na época em que o *Grupo Autêntico* se tornou o embrião daquilo tudo, não havia senadores a nos ouvir. Tanto que só me recordo de Josaphat Marinho, da Bahia, que se transformou no nosso candidato à presidência do MDB contra Ulysses Guimarães.

A primeira rebelião explícita foi, como disse, a "anticandidatura", em 1974. Mas ninguém pense que o regime estava fraco, nem se abrindo. Ao contrário. Estava mais arrogante e autoconfiante naquele momento. Não imaginavam os militares que fosse possível uma reação popular. Mas o regime apresentava já as suas divisões, e a própria eleição do General Geisel já sinalizava coesão interna precária, uma inexistência de unidade na base deles. O choque veio no fim do mesmo ano, com as eleições. Uma década depois do golpe militar, o MDB elegeu senadores de 16 Estados, entre os 22 postulantes. Houve quem dissesse, com razão, que aquilo fora um recado do povo ao governo, como se fosse um plebiscito sobre a situação política do país.

É verdade que, antes, em 1968, já haviam ocorrido muitas manifestações de rua. Mas, no plano institucional, foi a eleição de 1974 o verdadeiro divisor de águas. E, como em 1968, o regime reagiu com uma resposta dura, combinando a força das armas com a manipulação da lei. Promulgaram a chamada Lei Falcão, de 1976, que calou os candidatos no rádio e na TV. E havia os estranhos decretos secretos. Em 1975, o governo assinou um acordo nuclear com a Alemanha, mas, com exceção daqueles que o firmaram, ninguém soube, até hoje, dos detalhes. E houve as cassações de mandato. Logo na posse do General Geisel, o deputado

Francisco Pinto (MDB-BA) fez um pronunciamento condenando o general Augusto Pinochet, presidente do Chile, presente à solenidade. O governo fez uma representação ao Supremo Tribunal Federal, que, em total conivência com o regime, suspendeu seus direitos políticos e o levou à prisão. Foi assim também em 1976, com as cassações de Marcelo Gatto e Fabiano Sobrinho (SP), Nadyr Rosseti e Amaury Muller (RS) e Lysâneas Maciel (RJ). Tudo isso culminaria com a cassação, no ano seguinte, do líder do MDB na Câmara dos Deputados, Alencar Furtado, depois de pronunciamento que ele fez no programa do MDB na televisão, no dia 4 de julho de 1977.

AÇÃO & REAÇÃO: O "PACOTE DE ABRIL"

Nesse tempo, houve um fato da maior importância: o governo mandou um projeto de reforma do Judiciário para ser votado na Câmara dos Deputados. O MDB se posicionou contra. Para isso, o decisivo foi um pronunciamento do senador Paulo Brossad (MDB-RS),[31] que convenceu a maioria no Congresso Nacional a votar contra o projeto.

A reação não demorou a vir. Aliás, isso era uma constante: ação e reação. Nesse caso, a consequência direta foi que o governo editou o "Pacote de Abril", que teve na sua elaboração a participação de vários líderes -- entre eles, de modo destacado, o pernambucano Marco Maciel (ARENA-PE),[32] então presidente da Câmara dos Deputados. Ele agiu de modo não condizente, engendrando o pacote que fecharia o Congresso Nacional.

O governo tiraria mais uma de suas máscaras na forma do Ato Complementar n° 102, que no seu artigo 1º. definia: "Fica decretado o recesso do Congresso Nacional". Sob o argumento de que havia no Congresso uma "ditadura da minoria", definia-se que o quórum exigido para mudar a Constituição de 1967/69 passava a ser a maioria absoluta -- que o governo detinha --, e não mais de dois terços. Com isso, os militares reformaram o Judiciário e, de quebra,

determinaram a manutenção das eleições indiretas para os governos estaduais. Aumentaram também os colégios eleitorais estaduais, para evitar surpresas desagradáveis a eles...

COM TANCREDO: JOGANDO COM OS MODERADOS

Tancredo era do grupo oposto ao que eu próprio integrava. Embora eu quase sempre fizesse oposição a Tancredo e estivéssemos em lados opostos, comecei a vislumbrar, no quadro político pós-1982, o seu nome como aquele que reunia as melhores condições para ser o candidato das oposições e pôr fim ao ciclo de presidentes militares.

Nesse tempo, eu era o 1º Secretário da Câmara dos Deputados -- por ironia, contra os votos de toda a bancada liderada por Tancredo. Mas, naquela ocasião, entendi que o contexto histórico exigia que eu fosse a Minas. Vi em Tancredo Neves um político capaz de superar as divergências internas do PMDB e conquistar apoio em todas as áreas. Ele era o meu candidato, independentemente de a eleição ser por via direta — como queríamos — ou pelo Colégio Eleitoral, instrumento da ditadura. Eu trabalhava com as duas possibilidades. Mas, como conhecia bem a Câmara dos Deputados, nunca acreditei na vitória da campanha das *Diretas-Já*. Porque, diante das vinculações e da desproporcionalidade do Colégio Eleitoral, a emenda constitucional dificilmente passaria. Não tive, portanto, nenhuma ilusão. Ia haver duas pressões: uma, a força das ruas, em todo o país; e outra, do regime. Devedores, cativos, alinhados ou interessados em sua barganha, muitos deputados no fim ficariam com o governo e a manutenção de sua ordem. E as eleições para Presidente da República continuaram a ser como em 1967: pelo Colégio Eleitoral.

Além disso, eu não via nenhuma diferença para a legitimidade política de Tancredo, vencesse ele no Colégio Eleitoral ou pelo voto direto. O povo o queria Presidente. Mudara, porém, o contexto do Colégio Eleitoral. O governo

sempre o utilizara para legitimar o ilegítimo, para iludir a opinião pública, inclusive a internacional. E o que havia mudado, já que antes me opus a que Ulysses fosse ao Colégio, em 1974? Em mim, nada. Mas, no contexto político, muito. Eram quase 10 anos depois daquele em que entendi que só um militar poderia ser uma arma eficaz para quebrar o regime de dentro do regime-- ou seja, candidatando-se como oposição no próprio Colégio Eleitoral. Em 1974, seria impossível a qualquer candidato do nosso lado — excetuando-se um militar — sonhar eleger-se Presidente pelo Colégio Eleitoral. Mas agora a situação nos favorecia e, o mais importante, não haveria nenhum militar na disputa.

Outra razão era que o provável vencedor do governo não contaria jamais com a totalidade ou, ao menos, a maioria dos votos da ARENA, agora batizada de PDS. Havia uma divisão muito clara no governo, que tinha mais de um candidato – o que, de certa maneira, significava não ter nenhum. Essa divisão ficou bem explicitada já na convenção do PDS: Maluf ganhou, mas não levou a maioria dos que votaram em Mário Andreazza. O Presidente Figueiredo não apoiava ostensivamente Maluf mas não o reprovava de público, e muito menos lançava outro em seu lugar. Nem se decidia por um novo golpe, como queriam alguns.

De forma que não havia consenso na direita. Era algo que tínhamos de conseguir do nosso lado progressista. Com essa ideia na cabeça, viajei praticamente sozinho a Minas Gerais, em março de 1983, para assistir à posse de Tancredo Neves. Enquanto isso, meus colegas de partido foram à posse dos diversos governadores em seus Estados, alguns mais identificados com a oposição — como José Richa, Franco Montoro e Leonel Brizola.

Para mim, Ulysses era um radical por fora e um conservador por dentro. Eu preferia alguém mais uniforme e coerente, que também reunisse grande competência política. Foi por isso que escolhi Tancredo Neves. Ao contrário de Ulysses, ele era todo moderado, interna e externamente -- mas de uma coerência

absoluta. De 1971 até 1977, Tancredo tinha passado quase despercebido na Comissão de Economia da Câmara, trabalhando nos bastidores, ligado a Thales Ramalho e Renato Azeredo mas sem nenhuma participação maior no cenário nacional. Desde que perdeu a eleição de 1960, acho que Tancredo ficou excessivamente cauteloso. Não se expôs em 1974 e por isto o candidato a senador por Minas Gerais foi Itamar Franco, que tinha sido prefeito de Juiz de Fora. Não tenho dúvida que Tancredo teria sido eleito naquela ocasião com grande facilidade. Mas ele preferiu não ir para o "sacrifício".

É possível que eu não tenha sido o único a perceber a candidatura Tancredo como essencial à transição — havia muitos tancredistas de "carteirinha" --, mas fui eu efetivamente quem lançou a sua candidatura. Além dele, a única opção que as oposições tinham para lançar como candidato à Presidência da República era Ulysses Guimarães. Ele era um postulante fortíssimo, mas não contava com o apoio da maioria dentro do partido. Não esqueçam que Ulysses legitimou Castello Branco: Tancredo foi o único deputado do PSD que não votou no marechal na eleição no Congresso, quinze dias depois do golpe militar em 1964. Único! Todos os parlamentares do PSD votaram em Castello. Inclusive JK.

"TANCREDO-JÁ"

Me lembro bem: comecei em pensar na candidatura de Tancredo à Presidência da República exatamente em fevereiro de 1982. Mas, de início, não falei desse plano a ninguém. Fiquei pensando e, a uma certa altura, decidi: "Vou fazer isso: vou convidar Dr. Tancredo a ser Presidente da República!".

Na sua posse como governador de Minas Gerais, em março de 1983, Tancredo se surpreendeu com a minha presença na cerimônia. Preciso dizer que nós dois não tínhamos maiores afinidades, naquela época. Como eu justifiquei minha presença ali? Eu havia sido eleito o 1º Secretário da Câmara, e Tancredo tinha escolhido seis dos deputados federais mineiros recém-empossado para serem

secretários do governo dele. Usei o argumento de que eu tinha ido prestigiar a posse dos seis suplentes de deputados mineiros... E então ele me convidou para a posse dos secretários de governo. Na saída, Tancredo me disse: “Fernando, obrigado pela presença”, e indagou: “Vamos almoçar amanhã?”. Fui para o Hotel, e ao meio-dia do dia seguinte chegava o carro para me levar para o Palácio das Mangabeiras, que eu nem sabia aonde era. Estavam presentes o Almirante Faria Lima, ex-governador do Rio, o banqueiro Walter Moreira Salles e o deputado pernambucano Sérgio Murilo. Depois do almoço, pedi a Tancredo uma conversa reservada e disse a ele que estava ali com o objetivo de lhe comunicar que ele era, a partir daquela data, meu candidato a Presidente da República. Ele não me respondeu nem que sim, nem que não. Deu um suspiro mineiro e me lembrou do sonho que alimentara durante toda a vida, e que todos conheciam: “Fernando, faz 20 anos que perdi a eleição para governador. Meu sonho sempre foi ser governador de Minas. Agora que o realizei, pretendo continuar mantendo essa realização até o fim do meu mandato. Como é que você me vem com uma ideia dessas agora?...”. Respondi: “O senhor pode até achar agora que é uma loucura minha, mas jamais diga que não é meu candidato. E a partir de amanhã vou trabalhar nisso”. Ele ficou abalado.

Quinze dias depois da posse, Tancredo veio à primeira reunião da SUDENE, Conselho do qual fazia parte em Minas Gerais por causa do polígono das secas. Aí ele mandou me chamar, e fui para Belo Horizonte. Avistei-me com Ronaldo Costa Couto, que era secretário de Tancredo -- e um dos mais eficientes. Comecei então a fazer contatos na Câmara, a articular, a conspirar a favor de Tancredo. Em junho de 1983, anunciei minha opção publicamente: revelei, em entrevista ao jornalista Carlos Monforte, no programa *Bom dia, Brasil,* da TV Globo, que o Dr. Tancredo de Almeida Neves era meu candidato à Presidência da República. Inicialmente, todos os *autênticos* ficaram putos comigo, e o pessoal de Tancredo não me aceitava.

Logo que a campanha pelas diretas começou pude tornar a minha posição ainda mais clara, e o fiz, quase dois anos depois, organizando, comícios no interior do país, como o que preparei na minha própria terra, Caruaru. A minha ação em prol de uma candidatura Tancredo era a mais independente possível. A partir daí, comecei a conquistar apoios importantes para ele até no PT. Trouxe para o nosso lado o seu próprio líder, Airton Soares,[33] e nomes de primeiríssima linha, como Bete Mendes[34] e José Eudes.[35] Eles ficaram conosco, votaram em Tancredo e foram expulsos do PT.[36] A mensagem que pretendia levar aos meus colegas do PMDB era bem simples: se a emenda das *Diretas-Já* não passasse, o meu candidato na convenção do partido seria o Dr. Tancredo Neves, e não Ulysses. E por razões pragmáticas: seu nome era mais assimilável pelo regime. Achava que ele era a pessoa adequada para levar os militares ao ponto de ônibus, digamos assim...

É preciso lembrar que o número de votos necessários para a emenda da eleição direta sair vitoriosa era de 2/3 do Congresso. Dadas as circunstâncias e a composição do Congresso Nacional naquele momento, mesmo que ela houvesse passado na Câmara dos Deputados, certamente não passaria no Senado Federal. Sofremos toda a sorte de pressões na Câmara. Já na véspera da entrevista, Monforte me ligou e me avisou que ia ser decretado estado de emergência no dia da votação das diretas e ele não teria como fazer o *Bom dia* em Brasília porque o SNI tinha proibido. Tivemos que ir a Belo Horizonte para realizar a entrevista. O clima no governo -- de medo e intimidação -- contrastava com o das ruas, que era de euforia e esperança.

Na Câmara dos Deputados, fui eu que procedi à chamada nominal dos deputados, e fiz questão de deixar bem claro quem votava a favor, quem votava contra e quem estava ausente. Defini um método para explicitar bem isso: chamava o nome do deputado três vezes — até para assinalar as ausências.

Lembro que tive de indagar três vezes, em alto e bom som: “Como vota o deputado Paulo Maluf?”...

TANCREDO PELA DIREITA: O RACHA NO PDS

Sabíamos que a emenda não tinha nenhuma condição de ser aprovada na Câmara sem o apoio de parte do PDS. Tancredo me disse: “Você então procure algumas pessoas para formar um comitê das *Diretas-Já* dentro do PDS”. Foi o que fiz: do aeroporto fui direto à Câmara dos Deputados, onde, como 1º Secretário, iria presidir a próxima sessão. Procurei Albérico Cordeiro, que era deputado de Alagoas pelo PDS. Eu sabia que ele estava com dificuldades para exercer o mandato por causa das divergências internas do seu partido em seu Estado, com repercussão no cenário nacional. Disse: “Albérico, você que é jornalista, o que acha da campanha pelas *Diretas-Já*?”. “Acho que um negócio bonito”, me respondeu. “Então por que você não abre uma dissidência no PDS e se torna o líder da campanha pelas *Diretas-Já* no seu partido? Isso vai ter uma grande aderência, porque a campanha pelas diretas já caiu no gosto popular. Você vai ficar em evidência”. Ele se entusiasmou tanto com a ideia que, dias depois, já tinha reunido um grupo de deputados para tratar do assunto em minha sala. A partir daquele momento é que começou a dissidência no PDS, que mais tarde se transformaria na *Frente Liberal*.

Isso tomou muito vulto. Quando voltei de uma viagem à Europa, li no avião a revista *Veja* e lá estava uma foto de Albérico convidando Aureliano Chaves -- que era o Presidente em exercício, porque Figueiredo tinha ido se operar nos Estados Unidos -- a fazer parte do seu grupo Pró-Diretas. Albérico foi muito mais além do que eu tinha imaginado. Isso era ainda o embrião de tudo, mas foi um passo importantíssimo para consolidar todo o resto.

TANCREDO PELA ESQUERDA

Nas primeiras conversas com Tancredo, ele me deixou claro que, para qualquer candidatura de oposição a Presidência da República se viabilizar, não poderia nunca prescindir do apoio de setores importantes da esquerda. Aí eu lhe perguntei: "E quem, na sua opinião, representa a esquerda? O PT?". "Não; Chico Pinto e Arraes". Fui, então, procurar Chico Pinto, meu velho companheiro do Grupo Autêntico, com bom trânsito na área militar. Isso foi decisivo naquele momento, porque, além do prestígio dele na opinião pública, Chico Pinto fazia parte do comando do PMDB.

Preciso lembrar que, naquele momento -- junho de 1983 --, a ideia da candidatura de Tancredo era ainda muito embrionária; circulava apenas em *petit commité*. Fui conversar com Arraes. Ele me disse: "Fernando, é muito cedo. Deixa o tempo passar, e se eu achar correto eu monto no cavalo". No momento certo, disse ainda, me chamaria para marcarmos um encontro com Tancredo.

Esse momento certo não tardou. Em janeiro de 1984, viajei com ele a Belo Horizonte e, depois, Tancredo e eu tivemos outro encontro na minha casa, em Brasília. A conversa foi sobre como seria um novo governo, que concepções de mudanças trazíamos. Num tema que bem interessava a Arraes, Tancredo falou muito, usando quase as palavras dele sobre a problemática do Nordeste, fazendo crítica a certas usinas, falando das dificuldades do homem do campo etc. Era bem o estilo Tancredo. Antes de marcar um encontro, ele se preparava, estudava o interlocutor e definia a pauta que mais interessava. O mesmo aconteceu na sua reunião com Chico Pinto: a visão nacionalista dele foi o que Tancredo mais explorou. E neste caso era ainda mais fácil, porque ele havia sido ministro do governo nacionalista de Getúlio Vargas.

A CONSPIRAÇÃO DA LINHA-DURA

No início do 2º semestre de 1984, recebi em Brasília uma ligação de um primo meu, José Wilson, que morava no Rio de Janeiro. Me disse que um amigo seu precisava ter um encontro comigo, para falar de algo muito sério. Acertei o encontro em Brasília com um coronel, que me transmitiu o interesse dos comandantes da Aeronáutica do Rio de Janeiro para uma conversa sobre as eleições presidenciais. Logo após, fui ao Rio e, na sede do Comando, me encontrei com o Brigadeiro Moreira Lima (chefe do Comando-Geral da Aeronáutica) e Murilo Santos (chefe do seu Estado-Maior). Conversamos sobre temas da área militar: de como o Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica e apologista da candidatura Maluf, chegava até mesmo a levar deputados para encontros políticos no seu gabinete.

Passados alguns dias, o coronel me ligou e acertamos uma conversa na manhã do dia seguinte, no meu apartamento, em Brasília. No domingo anterior, tinha havido um encontro, em Foz do Iguaçu, do qual participaram o Ministro do Exército, Walter Pires, o presidente do Senado, Moacir Dalla (PDS-ES), e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cordeiro Guerra. A motivação deles era conceber uma estratégia política para impedir que os votos dos dissidentes do PDS, que seriam dados a Tancredo, fossem considerados válidos.

O plano deles estava bem traçado. Como os votos do Colégio Eleitoral seriam recolhidos pela Mesa do Senado, Dalla comunicaria que só seriam computados os votos dados a um candidato do mesmo partido do votante no Colégio Eleitoral. Ou seja, Tancredo só obteria os votos do PMDB e, consequentemente, perderia a eleição. Os conspiradores já contavam que surgisse um recurso da oposição e estavam preparados para isso. Se o assunto fosse ao STF, o presidente Cordeiro Guerra apoiaria a posição do presidente do Senado, garantindo a "legalidade" do ato. E o Ministro do Exército, General Walter Pires, garantiria a decisão do STF.

Uma hora depois que eu fiquei sabendo dessa conspiração, um jornalista da revista *Veja*, Henrique Alves, me procurou, perguntando pelas novidades. Eu disse a ele que tinha uma notícia muito quente, mas era coisa para as páginas amarelas ou a página de opinião da revista -- as partes de maior destaque. Ele entrou em contato com a sucursal em Brasília, chefiada por Etevaldo Dias, que consultou Elio Gaspari, em São Paulo. As páginas que eu tinha pedido já estavam impressas. Mas eles abririam uma exceção para um artigo meu na seção de política – desde que assinado e rubricado por mim. Concordei em denunciar aquela "bomba" do jeito que eles ofereciam, mas antes tive o cuidado de pedir a autorização de Tancredo. Ele foi ainda mais cauteloso: "Faça o que aprouver. Mas com uma condição: não generalize". Me tranquei no gabinete com Etevaldo Dias e, durante toda uma tarde, preparamos o texto. Minha ansiedade pela matéria foi tanta que terminei viajando a São Paulo para ler a revista logo que saísse da gráfica, antes de ser lida pelo próprio SNI. Saiu o texto com a denúncia e ela repercutiu de uma forma paradoxal: todo mundo se calou. E não se falou mais naquele assunto de restringir os votos. Penso que o que deve ter ocorrido é que a denúncia do fato fez com que se abortasse qualquer tentativa de golpe real -- por incipiente, tímido e localizado que fosse.[37]

UM VICE PARA TANCREDO

Naquele momento, não havia jeito: tínhamos que fazer uma aliança com gente do regime. Chapa 'puro-sangue' era muito difícil. E gente começou a tentar escolher o vice. Sarney não era o favorito de Tancredo. Mas ele atendia aos requisitos da legislação eleitoral; embora fosse presidente do PDS, Sarney tinha sido eleito pela ARENA. Quanto a Marco Maciel, ele corria por fora. Marco sempre conversou bem com os militares, fruto do aprendizado que teve, em Pernambuco, com Nilo Coelho e Paulo Guerra — além do Coronel Heitor de Aquino, no plano nacional. Esses que foram os seus mestres em política. Mas não foi fácil o acerto com ele. Recorri inicialmente a seu primo, Everardo

Maciel. No outro dia de manhã, Marco ligou para mim. Combinamos às oito horas; ele foi lá em casa e conversamos até as dez. Liguei para Dr. Tancredo e falei que Marco jamais viria em minha casa se não tivesse certeza que Tancredo seria o Presidente da República. Mas Marco terminou não emplacando...

Em 1985, eu considerava que a definição de quais candidatos concorreriam no Colégio Eleitoral era tão ou mais importante do que saber por qual sistema se dariam – se em eleições diretas ou pelo Colégio Eleitoral. Preocupado com isso, fiz uma reunião secreta na minha casa, em Brasília, com o líder do governo, Nelson Marchezan,[38] e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Propus a Marchezan que ele votasse a favor da emenda das *Diretas-Já* e sugeri que ele saísse candidato pelo PDS. Propus a mesma coisa a Fernando Henrique, que, em minha opinião, deveria ser o candidato do PMDB, no caso da aprovação da emenda. Eu tinha certeza de que convenceria Tancredo a apoiá-lo, ao invés de apoiar Ulysses Guimarães. Pela via indireta, Tancredo tinha chances muito maiores, porque era um moderado por formação e um conciliador por temperamento e comportamento, obtendo a confiabilidade dos militares. Bem diferente era o caso das eleições diretas. Nestas, eu queria a sua aprovação para o nome de Fernando Henrique.

Fernando Henrique recebeu muito bem a ideia. Mas, no caso de Marchezan, não vi nenhum entusiasmo. Ele era um bom caráter, mas não tinha coragem política de levar aquela minha ideia a Figueiredo. Isso ficou bem evidente depois da derrota das *Diretas-Já*, num almoço que tivemos na casa do meu amigo Luciano Brandão, ministro do TCU, quando voltei a falar com ele, dessa vez sugerindo o nome dele para vice de Tancredo. A reação morna foi a mesma. Acho que lhe faltou coragem para levar o problema ao Presidente Figueiredo. Pra vocês ver o que é a vida: se tivesse aceitado a vice, Marquezan teria sido Presidente da República!

DE VOLTA AO COLÉGIO ELEITORAL: O NASCIMENTO DA NOVA REPÚBLICA

Em janeiro de 1985, fui ao Colégio Eleitoral por entender que essa seria a forma de ver quebrada a hegemonia do processo, o qual se encontrava em outra etapa política. Por isso, me afastei um pouco do meu grupo para ser a esquerda dos moderados, tentando a eleição de Tancredo. Contei, nesse momento, com a ajuda extraordinária do deputado Francisco Pinto.

Quando foi que Tancredo disse ou admitiu particularmente que a parada no Colégio Eleitoral estava ganha? Nunca! Ele sempre queria ganhar mais um voto. Nos últimos dias, ele não precisava trabalhar. Nós é que dizíamos a ele: "Mas esse não dá...". Mesmo assim, todos eles votaram. Até José Camargo, um deputado malufista do PDS de São Paulo, votou no Dr. Tancredo!

Tancredo tinha em mim uma confiança absoluta. Eu imaginava previamente as dificuldades por que ele poderia vir a passar e tratava de aplainar os caminhos. Conto um dos episódios disso. Quando o doutor Tancredo viajou a Europa, em janeiro do ano passado, já eleito, eu fui para o Rio imaginando os problemas que ele teria para a formação do ministério. E procurei algumas pessoas que eu sabia que ele iria convidar para o governo, mas cujo convite lhe traria problemas. Um deles foi Renato Archer.[39] Fui à casa de Renato por conta própria e, conversando com ele, perguntei: "Você gostaria de ser ministro?" Ele disse: "Claro, estou à disposição do Dr. Tancredo". Eu lhe disse que estava certo de que ele seria ministro, mas que não deveria insistir na pasta das Relações Exteriores, porque não ia ser. "Mas nunca disse que era candidato a ministro, muito menos das Relações Exteriores", respondeu Renato. Eu sabia que o doutor Tancredo reservaria a pasta para a Frente Liberal, possivelmente para Olavo Setúbal.[40] Fui no dia seguinte a São Paulo e disse a mesma coisa para Ulysses. Quando Tancredo voltou e me chamou para conversar sobre o Ministério, me falou: "Eu estou com um problema com o Renato. Vou aproveitá-lo, é um companheiro do

Ulysses, mas não pode ser nas Relações Exteriores". Aí eu assegurei: "Ele aceita qualquer ministério". E o doutor Tancredo: "Ah, isso então me alivia muito".

Outro episódio. Tancredo queria muito fazer Waldyr Pires[41] seu ministro da Justiça. Mas dizia que tinha um problema: "É que eu queria talvez trazer o Paulo Brossard". E aí dirigiu os maiores elogios ao Waldyr. Eu lhe pedi para voltar ao assunto com ele no dia seguinte à noite, e fui ao Waldyr: "Você é o *pole position*. Tancredo gosta muito de você. Só que acho que ser ministro da Justiça é difícil". Waldir respondeu que nunca falara nisso – só havia dito que não queria voltar a ser Consultor-Geral, cargo que ocupou no governo João Goulart. E eu: "Mas que tal a Previdência, ou algo assim?" E o Waldir: "Eu estou à disposição". Aí voltei ao Tancredo, dizendo: "Olha, ele aceita a Previdência".

Havia também uma luta interna muito grande na Bahia pelo Ministério da Saúde. Os dois candidatos eram Carlos Sant'Anna[42] e o ex-governador Roberto Santos.[43] Eu lutava muito por Sant'Anna: entre dois companheiros que tivessem força, em que pese apresentassem qualidades iguais, eu sempre optava junto a Tancredo por aquele com representação na Câmara dos Deputados, porque a gente precisava de apoio ali. Um dia, Tancredo me chama e diz: "Olha, Lyra, vai ser mesmo o Sant'Anna. Agora, encontre casualmente o Roberto Santos e comunique isso a ele". Bom, eu sabia que o professor Roberto Santos ia ter uma entrevista com Tancredo no dia seguinte, às 15h30. Cheguei às 14h30 no escritório dele e fiquei aguardando. Quando Roberto Santos chegou, eu comecei a conversar e disse que estava com uma posição difícil de colocar, mas que o pleito da bancada do partido na Câmara era por Carlos Sant'Anna e que ele, Roberto Santos, como líder do grupo do PMDB baiano, deveria ser o primeiro a saber.

A MORTE DE TANCREDO E AS MUDANÇAS NA NOVA REPÚBLICA

Eu havia falado com Tancredo Neves, num domingo, sobre o Ministério da Justiça e sua composição. No dia seguinte, veio a notícia da sua doença. E pegou todo mundo de surpresa. No início, não pensei que fosse algo muito grave. Só muito tempo depois do episódio é que eu associei aquela doença repentina a uma situação que vivi, quase um ano antes, com Tancredo em Minas Gerais, quando ele ainda era governador.

Ele havia me chamado para ir a Minas Gerais, para almoçarmos no Palácio das Mangabeiras. Mas o chefe da Casa Civil, o deputado Carlos Cotta, me ligou dizendo que o Dr. Tancredo não ia poder mais almoçar. Fui ao Palácio das Mangabeiras três horas mais tarde. Logo que cheguei, fiquei na sala de estar esperando Tancredo, que vinha do primeiro andar. Quando ele desceu, me surpreendi que estivesse de robe-de-chambre. Quando me cumprimentou, senti que ele estava febril. Tancredo me disse que estava gripado, mas não me pareceu que aparentasse qualquer sintoma característico disso. Talvez aquela febre que senti que ele teria já fosse decorrente da diverticulite de que sofria há muito tempo. Ele havia tido uma crise nos Estados Unidos, em uma das suas viagens ao exterior, logo depois de eleito.

Na madrugada do dia 14 para 15 de março, Tancredo foi internado às pressas. Tiveram de ser refeitos todos os atos de nomeação, para serem assinados novamente, desta vez por José Sarney. Não soube de qualquer *frisson* de conspiração na área militar, nem dos que eram contrários a Tancredo. A verdade é que eu não tinha a menor ideia do que iria ocorrer dali para frente. Só tinha certeza de uma coisa: de que o comando do processo, que era nosso na área política, ia sair de nossas mãos.

A partir do momento em que morreu Tancredo, mudou muito a minha força política, já que e eu nunca fiz parte do grupo que daí pra frente iria comandar o

país; eu não era vinculado politicamente nem ao Presidente Sarney, nem a Ulysses. Sarney tinha se preparado para ser vice, teve que assumir todos os encargos e compromissos de Tancredo sem conhecê-los na maioria dos casos e teve que atravessar um desafio e um período muito difíceis. Acho que ele se saiu muito bem.

UM "AUTÊNTICO" NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Nunca pensei que seria escolhido por Tancredo para qualquer ministério. Não tinha me preocupado com isso, por um lema que tenho na vida: "Quem coordena não postula". Lembro de que Tancredo, antes da posse, convocou todos os deputados que votariam nele e perguntou a eles quais os cargos que lhe interessariam, estando no governo. O único que não pleiteou nada fui eu.

Quando ele morreu, passei três meses sem rumo. Totalmente perdido. E eu tinha discursado no seu túmulo... Foi muito traumatizante. Aécio Neves me ajudou muito naquelas primeiras horas sem Tancredo. Aecinho, aliás, foi quem me deu a primeira notícia sobre minha nomeação para o Ministério da Justiça. Eu estava na casa de um amigo em Brasília e ele me telefonou de Uberlândia: "Olha, você já está certo". Eu perguntei: "Para onde?" Ele disse: "Para a Casa, para a Casa". Ele imaginava que eu ia para a Casa Civil. Só havia duas vagas no Ministério àquela altura, e eu pensei então que iria para a Casa Civil. Quanto a mim, nunca imaginei que assumiria aquele cargo, muito menos o Ministério da Justiça. Mesmo assim, Dornelles[44] providenciou o envio do organograma da Casa Civil, que veio junto com o da Casa Militar. E eu notei um aspecto curioso: eram arquitetonicamente idênticos. A razão era simples: ambos haviam sido feitos por militares, sendo a outra Casa civil somente no nome. Foi nessa oportunidade que um amigo, Aluízio da Costa e Silva, me apresentou ao embaixador Rubens Ricupero, com quem iniciei a tentativa de reformulação da Casa Civil.

Em nenhum momento Tancredo me convidou para ser ministro. Simplesmente anunciou de público, na televisão, que eu ia ser o titular da pasta da Justiça. Tenho a impressão de que ele só me escolheu para o Ministério da Justiça quando entendeu que era melhor dar a mim o papel que ele mesmo tivera no Governo Vargas e no Governo Goulart: o de coordenador político.

Já anunciado ministro, fui chamado por ele para uma reunião na granja do Riacho Fundo, durante a qual me apresentou ao futuro diretor-geral da Polícia Federal, o coronel Alexandre Pires, que foi o único cargo do Ministério da Justiça que eu não escolhi pessoalmente. Tancredo não me explicou porque preferiu escolher sozinho o diretor da Polícia Federal. Mas isso se deu, obviamente, porque ele tinha um acordo com o SNI para a transição. A nomeação do diretor da Polícia Federal foi num domingo, quando ele me apresentou um cidadão: "Esse é um amigo meu, o Coronel Luís de Alencar Araripe. Ele é o chefe da Polícia Federal -- o seu chefe da Polícia Federal". E acrescentou: "Entendam-se". Na segunda-feira, eu conversei 3 horas com o coronel e não nos entendemos. Na segunda conversa, começamos a nos entender – mas pouco... A primeira coisa que determinei a esse diretor foi: a partir de agora, não se prende mais sindicalista, como se fazia antes, a pretexto de cada greve que acontecesse, por exemplo. Deleguei, no entanto, autonomia plena à Policia Federal. Só questionei o seu comando quando fui denunciado pelo PT de Fortaleza. A acusação era de que eu havia nomeado um torturador para superintendente da Polícia Federal no Ceará. Fui averiguar o assunto e, realmente, a pessoa tinha aquela mácula no seu currículo.

Levei os nomes que eu havia selecionado para meus assessores, assim como a composição do ministério como um todo. Tive confirmado nesse encontro o nome de Sepúlveda Pertence[45] como Procurador-Geral da República, que era o meu indicado, no lugar do indicado de Ulysses Guimarães, que era o jurista Miguel Reale Jr.,[46] filho do velho Miguel Reale.[47] Tancredo me pediu, então,

que comunicasse a Ulysses que o Procurador não seria o preferido dele. Mas isso eu não atendi, e pedi a minha amiga Vera Brandt o favor de falar disso com Ulysses.

Para mim, a tensão política no âmbito da transição democrática não foi só durante a doença e posterior morte de Tancredo Neves. Foi durante todo o período em que estive no Ministério da Justiça. Mas, por contraditório que possa parecer, a ausência de Tancredo na primeira hora me fortaleceu no Ministério. Como eu tinha sido nomeado ministro para ser coordenador político do governo, durante a impossibilidade de Tancredo, a coordenação se dava no Ministério da Justiça. Para fazer melhor o meu trabalho, criei um conselho político, com a participação de todas as lideranças da Câmara e do Senado. Isso me deu um status mais forte até do que se Tancredo estivesse na Presidência, porque me tornei uma espécie de símbolo dele no Governo Sarney.

O começo do meu trabalho como coordenador político foi fácil. A equipe que eu montei era muito boa. No campo jurídico, Sepúlveda Pertence, da Procuradoria-Geral da República com Tancredo e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Luiz Carlos Sigmaringa Seixas,[48] meu diretor de estrangeiro, ex-deputado federal. José Paulo Cavalcanti Filho,[49] advogado e jurista, foi meu secretário-geral; graças a sua participação extraordinária, conseguimos muita coisa no Ministério. Marcello Cerqueira,[50] meu consultor, uma grande figura, muito marcante na minha trajetória. Cristovam Buarque[51] foi meu chefe de gabinete, de onde sairia depois para ser o reitor da Universidade de Brasília e governador do Distrito Federal. Seu substituto foi Joaquim Falcão,[52] que depois se tornaria diretor da Fundação Roberto Marinho.

A expressão “remover o entulho autoritário”, que usei para sintetizar o nosso trabalho inicial no ministério e que a imprensa popularizou, consistia apenas em administrar de forma democrática – o que não era feito antes. Ali era tudo tão fechado que os próprios motoristas do Ministério da Justiça não sabiam onde

ficava a sede do Conselho de Segurança Nacional. Isso me levou a concluir que os decretos sobre questões de segurança nacional que os ministros da Justiça de anteriores assinavam — inclusive os atos de cassação — já vinham prontos, e o ministro nunca os discutia. Uma coisa realmente bizarra, assim como o grau da proibição no interior do Ministério. Deu algum trabalho retirar as placas de "proibido" das salas, de tanto que havia. Tudo era proibido.

Modéstia à parte, meu setor foi o que mais avançou no governo. Se isso me transformou num ministro visado? O Ministério da Justiça era sistematicamente atacado desde o início da Nova República. Mas é fácil perceber por quê. Nós contrariávamos muita gente e muitos interesses. No Ministério e na Procuradoria-Geral da República, corriam inquéritos contra Abi-Ackel,[53] Delfim Netto, Mário Garnero,[54] Ernane Galvêas,[55] Carlos Langoni[56] e Paulo Maluf. Delfim ia ser indiciado em processo. Por isso era importante que eu caísse antes disso, porque – infelizmente – ele sempre mandou neste país. É natural que essa gente toda não goste do ministro da Justiça e tente de todas as formas derrubá-lo.

No começo, me chamavam de comunista e me acusavam de estar cercado de comunistas. Mas a acusação não pegou. Depois me acusaram de apoiar um candidato do PSB no Recife, Jarbas Vasconcelos, sendo eu do PMDB. Quebraram a cara. A vitória de Jarbas mostrou qual era o PMDB real. Depois vieram com aquela história de que eu não servia para ministro porque não era jurista. Mas a questão é que eu não tinha vindo para aplicar a lei autoritária, e sim para mudar a lei. Eu estava no Ministério para abrir o debate na sociedade sobre a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, a legislação sobre censura. Só o político pode abrir esse debate e ter a sensibilidade de encaminhar o que a sociedade quer. Para isso é que me cerquei dos melhores juristas do país: Evandro Lins e Silva,[57] José Paulo Pertence, Técio Lins e Silva.[58] Nas comissões de reforma de legislação, tivemos a ajuda de Mário Sérgio Duarte Garcia,[59] Fábio

Comparato,[60] Carlos Leone, Evaristo de Moraes.[61] Se fosse para aplicar a lei autoritária, o melhor mesmo era o Buzaid, e não eu. Fiz questão de ser a esquerda do Ministério Sarney. Eu estava ali para promover mudanças.

E foram feitas houve mudanças fundamentais na parte institucional do país. Uma de minhas primeiras iniciativas como Ministro foi à formação do Conselho Político de Governo, com a incumbência de promover mudanças na legislação política, entre as quais a extinção da fidelidade partidária, da sublegenda e da Lei Falcão, assim como a permissão de coligações partidárias e a legalização dos partidos comunistas. Como resultado, as eleições municipais de novembro de 1985 foram as mais livres da história republicana. Em abril de 1985, extingui o Conselho Nacional de Censura. Ainda nesse mês, criei uma comissão composta por juristas, cuja tarefa era tornar mais flexível a Lei dos Estrangeiros, aprovada no Congresso Nacional durante o governo Figueiredo. Promovi, ainda, uma reformulação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Mas, no Ministério, eu não me sentia nada satisfeito com os rumos da Nova República. Ela estava muito aquém do que eu tinha imaginado, como opositor do regime dos militares. Eu me angustiei muito nos primeiros cem dias de governo. No entanto, desde que entendi isso, fiquei mais tranquilo: era um governo especificamente para executar a transição a caminho da democracia.

Ainda assim, eu sentia que não existia hegemonia para a gente avançar em algumas questões. Essa heterogeneidade ficou muito nítida numa questão: na luta que travamos desde o início do governo entre a repressão e a negociação nos conflitos trabalhistas. Felizmente ganhou a negociação, mas eu temi muito em determinadas horas os efeitos da persistência no uso da velha frase “a lei é para ser cumprida”. A legislação tem que ser adaptada à sua época, mas não houve tempo para isso – nem com a legislação trabalhista, nem com a Lei de Imprensa. Mas preciso lembrar que nossa equipe do Ministério da Justiça

elaborou a Lei de Defesa do Estado para substituir a Lei da Segurança Nacional da ditadura. Mas esse projeto ficou dormitando na gaveta do Presidente Sarney.

Em geral, quem defendia uma postura menos flexível no governo era o general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI. Isso nos criou dificuldades. Na época, falava-se com insistência que existia um desconforto dos militares membros do governo com minha presença no Ministério. Para eles, não só eu, como muitos de meus assessores, também se alinhariam à esquerda, o que causaria o mal-estar. Como Ministro da Justiça que era o guardião da lei, fiquei em situações muito difíceis, porque eu tinha que discutir o cumprimento de leis que entendia serem completamente defasadas. Mas, felizmente, conseguimos negociar. Por isso nós determinamos, por exemplo, que a Polícia Federal, dentro da lei, não podia efetuar prisões políticas. Isso foi cumprido à risca: em mais de 400 greves, não houve nenhuma prisão política, que era um lugar comum na velha República. Esse galardão eu levei quando saí do ministério.

NOVA REPÚBLICA E A ALIANÇA DEMOCRÁTICA

A posição assumida por alguns ministros na eleição municipal de novembro de 1985 não chegou a azedar a convivência no Ministério Sarney. Me lembro que critiquei com veemência o chanceler Olavo Setúbal, por exemplo, por ter apoiado um candidato que não era do PMDB -- Jânio Quadros, em São Paulo. Minha posição ajudou a consolidar um processo de uma facção política pernambucana que tem uma história. Eu fiquei a favor da minha história, da história da resistência. O candidato que eu e meus companheiros apoiamos, Jarbas Vasconcelos, tinha um embasamento na cidade que ninguém tinha. Além disso, diretamente nos comícios ou em mensagens pela televisão, eu trabalhei para o PMDB em todos os Estados brasileiros. Sem usar nada da máquina do governo: só com a minha palavra.

Muita gente no governo federal torceu pela vitória de Jânio em São Paulo. Esse pessoal tentou convencer o Presidente Sarney de que seria bom para ele Jânio ganhar, porque ele se livraria do PMDB. Mas acho que Sarney jamais embarcou nessa. Em todas as vezes em que esteve comigo, ele sempre se preocupava com Fernando Henrique e sempre me dizia que investisse em Fernando Henrique. Mas acho que não houve envolvimento com a candidatura Fernando Henrique como deveria haver. Porque o sucesso de Fernando Henrique ia ofuscar muita gente. Houve falta de empenho das grandes lideranças do PMDB em São Paulo. Uma espécie de ciúme precoce. No fundo, o pessoal via o Fernando como candidato a Presidente da República. De modo que, em São Paulo, não foi Jânio quem ganhou, foi o PMDB que perdeu. E nos outros Estados onde o PMDB perdeu, o PT e o PDT entraram pela esquerda e conseguiram chegar. Foi o caso de Fortaleza, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo.

A Nova República foi bem-sucedida nas transformações que fez no terreno político e institucional. Mas creio que fez relativamente pouco no terreno social e econômico. Isso ocorreu em função da composição política do governo. Faltou botar pra quebrar. Acredito que tenha sido a forma como o governo foi composto, a forma da transição. Foi isso que fez com que medidas drásticas não tenham sido efetivadas no ritmo que era preciso. Qual teria sido a solução política? Acabar com a Aliança Democrática e obter hegemonia no governo para fazer as transformações. Para o PMDB, a Aliança Democrática era um peso; o PMDB ficou com o ônus sem ter o bônus. Em que pese a Frente Liberal ter participado do processo, a verdade é que em alguns locais não mudou nada por conta dessa aliança.

SARNEY, “VANGUARDA DO ATRASO”

Era inegável que o Presidente Sarney sofria rejeição no Rio de Janeiro, desde o tempo em que ainda tentávamos viabilizar a candidatura de Tancredo. Uma vez, fomos com ele visitar o jornalista Hélio Fernandes[62] e saímos juntos para jantar

no restaurante Plataforma. Quando entramos com Sarney, houve alguns ensaios de vaias, mescladas a alguns aplausos – que eu incentivei. Eu deveria ter levado isso em conta quando, quase um ano depois, ao falar sobre ele, e quis elogiá-lo, num ato de adeus à censura, lotado de representantes de todos os segmentos das áreas culturais, no Teatro Casa Grande, no Rio. Para definir o Presidente José Sarney, usei a expressão "vanguarda do atraso". Foi realmente uma expressão infeliz, que resultou em todo o tipo de piada, inclusive charges de Millôr Fernandes.[63]

O que aconteceu é que eu falei de improviso; me empolguei e comecei a desenvolver o seguinte raciocínio: eu estava ali como Ministro da Justiça escolhido por Tancredo, mas ratificado por Sarney, nomeado por ele, que cumpria todos os compromissos assumidos da transição democrática. E fiz um histórico da vida de Sarney: na UDN, ele havia sido um dissidente contra a oligarquia do Maranhão. Elegeu-se governador em 1965, mais uma vez contra a oligarquia. Quando se elegeu deputado federal, antes de ser governador, fazia parte da ala jovem da UDN que tinha sido o embrião do Partido Socialista. Em resumo: mesmo sendo um conservador, ele sempre esteve à frente, porque terminava por lutar contra o que havia de mais atrasado. Estava, portanto, na vanguarda do atraso. Tentei remediar diversas vezes, mas a expressão infeliz foi essa que ficou. Mas nem eu, nem ele jamais tocamos no assunto.

A QUEDA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Não tenho dúvidas de que Ulysses se interessou muito mais pela minha saída do Ministério da Justiça do que o próprio Presidente José Sarney. Saí do Ministério da Justiça porque nunca fui o candidato de Ulysses para o cargo, e ele tinha muita influência junto ao Governo Sarney. Não havia nenhuma razão para o Presidente da República me proteger. Se o condestável do PMDB, que era Ulysses Guimarães, não me defendia, por que Sarney o faria?

Ulysses não precisava do cargo. Precisava mesmo era de que eu saísse. Ele fazia um jogo afinado com o Planalto. Me lembro de que uma vez: eu estava concedendo uma entrevista, em dezembro de 1985, quando vi na televisão Pedro Simon[64] saindo da casa de Ulysses à noite e dizendo que era importante a reforma ministerial. Pedro Simon era muito ligado a Ulysses, mas terminou sendo o porta-voz dele contra si mesmo, porque, na reforma, o primeiro ministério a ter o titular substituído — até pela ordem alfabética — foi o da Agricultura, ocupado por ele, Simon...

Sobre o assunto, vou lembrar de uma anedota que me foi contada pelo jornalista Cláudio Humberto.[65] Eleito presidente, Tancredo foi procurado por Ulysses, que pretendia "queimar" a minha escolha para o Ministério da Justiça. Ulysses me chamou de 'o jurista de Caruaru' e Tancredo reagiu, ao seu estilo: "Ulysses, não foi você quem indicou Pedro Simon para a Agricultura?". "Foi". "Pois é. A única fazenda que Pedro conhece é tecido 'do lojinha' — referência bem-humorada à ascendência árabe do Simon...

Quando saí do ministério, fiquei por algum tempo deprimido e carente. Mas com a sensação de dever cumprido. O Ministério da Justiça foi o ápice da minha vida pública. Ali eu consegui cumprir todas as promessas para a efetivação da transição democrática: convocatória da Constituinte, eleição nas capitais, eliminação da censura, anistia... Tudo isso, felizmente, foi recuperado, e, com onze meses de governo, deixei o PMDB. Não tinha mais como ficar.

A que altura eu comecei a sentir que a coisa não estava indo bem? A partir de dezembro de 1985. A ideia era fazer de Paulo Brossard,[66] que era o Procurador-Geral, o novo Ministro da Justiça. Eu imaginava sair em abril ou maio de 1986, para ser candidato a deputado fderal, mas minha saída foi antecipada porque Sarney queria mudar tudo -- a começar pela política econômica. Já tinha colocado Dornelles para fora, que era um dos mais próximos a Tancredo, e posto Funaro[67] em seu lugar. Mas quem tinha anunciado a candidatura de Sarney

a vice de Tancredo? Foi Aureliano Chaves,[68] que, naquela época, era a maior liderança do PDS dissidente e Vice-Presidente da República. A partir da morte de Tancredo, eu estava absolutamente convencido de que o processo político iria mudar, como de fato mudou. As próprias reuniões políticas, que eram feitas no Ministério da Justiça, foram se diluindo cada vez mais. O pessoal a influir agora era outro, e assim foi que Marco Maciel reencontrou-se no contexto de influência do Governo Sarney, assumindo a chefia da Casa Civil.

EMBATES COM ULYSSES NA CONSTITUINTE

A Constituinte sempre foi um tema do nosso *Grupo Autêntico*, mas de início sem nenhuma perspectiva real, efetiva. Eram tempos bem complicados. Lembro que, em 1981, houve um Congresso da OAB em Porto Alegre, e nós, os "autênticos", tivemos uma longa conversa com Brossard sobre a necessidade de uma Assembleia Constituinte. Para nós, não poderia haver redemocratização sem mudar a Constituição dos militares. Mas isso só se deu como provável com a eleição de Tancredo Naves. Ele inclusive me encarregou de elaborar o que depois veio a se chamar Comissão Arinos. E indicou os setores que deveriam participar dela e participar da Constituinte. A Comissão era realmente para fazer um projeto. O problema é que Sarney colocou muita gente dele lá dentro, para diluir o grupo escolhido por Tancredo.

Ao deixar o Ministério da Justiça, me elegi deputado federal novamente. Tive bastante voto, sendo o segundo mais votado de Pernambuco -- o 1º. foi Joaquim Francisco, que tinha sido prefeito da capital. Me lembro bem que, no dia da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, eu ia saindo de casa, às 8h da manhã, quando D. Risoleta me ligou, dizendo que era um dia muito especial, que aquilo era um sonho do Tancredo. Aí eu desliguei o telefone e fiquei 5 minutos chorando, sentado à mesa do café...

Bom, instala-se a Constituinte. Ulysses Guimarães era presidente da Câmara dos Deputados e tinha acabado de ser eleito presidente da Constituinte. Ele não podia ser candidato de novo à presidência da Câmara, porque o regimento interno proibia a sua reeleição. O que fez então Ulysses? Ele sabia que a Constituição proibia a reeleição naquela oportunidade -- janeiro de 1987 --, tornada clara em parecer da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, cujo relator foi o deputado Homero Santos. Mas, contrariando o parecer, ele resolveu violar o Regimento Interno e foi candidato. Aí eu rompi com ele e me candidatei também a presidente da Câmara, com muita raiva de Ulysses. Saí candidato a presidente da Câmara pelo consenso de vários companheiros. Eu, que contava com quase 240 votos, fiquei, devido às suas manobras, reduzido a 151. Isso foi possível porque Sarney assumiu a candidatura de Ulysses, e todos os 16 governantes eleitos pelo PMDB trabalharam contra mim. Até mesmo Miguel Arraes e meu querido amigo Carlos Wilson, que foi indicado vice-governador para cooptar os companheiros da bancada. Outro dia, eu estava dando uma olhada nas crônicas do Castellinho,[69] que estão todas na internet, e tem uma que diz assim: "A candidatura de Lyra a Presidência da Câmara é um fator de instabilidade institucional". Castellinho era muito próximo do Planalto, mas não sei ao certo se Sarney estava por trás disso. O fato é que Ulysses acumulou a presidência da Constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados – esta última, repito, de forma totalmente ilegal.

Quero repetir que Ulysses não me fazia oposição. Era justamente o contrário: a sua atitude em relação a mim era resultado da oposição que quase sempre lhe fiz desde os tempos da "anticandidatura". Por mais que eu me esforçasse para atender às exigências da transição democrática, Ulysses nunca me viu com bons olhos. Tanto que, em dezembro de 1985, foi ele quem praticamente anunciou as mudanças no Ministério Sarney. De tal ordem era a atitude de Ulysses em

relação a mim que ele preferiu violar a Constituição para não me ver eleito presidente da Câmara, em seu lugar.

Ulysses foi também decisivo na escolha do Relator-Geral da Constituinte. Inicialmente, os candidatos eram Pimenta da Veiga e Fernando Henrique. Mas Sarney e o pessoal do Planalto não queriam nenhum dos dois. Aí colocaram Bernardo Cabral, que era uma figura muito agradável, mas que de direito entendia menos que nada. De modo que Bernardo Cabral foi eleito por Dr. Ulysses Guimarães...

Tivemos também a batalha pelo Regimento Interno da Constituinte, que Ulysses tentou manipular. Eu havia retirado, de dentro da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados, uma minuta que os funcionários haviam feito para a Assembleia Constituinte, a pedido de Ulysses. Peguei aquele projeto e o joguei na campanha política para a eleição da Presidência da Câmara, dizendo o seguinte: "Estão vendo o que o Dr. Ulysses quer fazer? Ele quer eleger a sua grande Comissão, como modelo de Nereu Ramos, composta pelo "Clube do *poir*" ampliado e vocês, rebaixados a deputados de 2ª. categoria, vão ter de aguardar o trabalho no plenário". E isso, ao se espalhar, ateou fogo dentro da Assembleia Constituinte. Não havia mais como fazer um projeto de Constituição no modelo de 1946. Estava, portanto, barrada a possibilidade de copiar 1891 ou 1934. Teríamos de copiar 1967, mas não era possível, já que era uma Carta autoritária. Restava, portanto, a invenção. E foi isso que fizemos na Constituinte.

Depoimento concedido ao pesquisador Antônio Sérgio Rocha ao longo do dia 23 de julho de 2012, em sua residência em Piedade, Jaboatão (PE). Agradecemos a intermediação feita pelo Dr. Carlos Roberto Aricó, para o contato e o aceite da entrevista por parte do ex-Ministro Fernando Lyra.

NOTAS

[1] Osvaldo Cordeiro de Farias nasceu em Jaguarão (RS) em 1901. Em 1917, entrou para a Escola Militar do Realengo. Fez parte do tenentismo e foi integrante da Coluna Preste. Participou da Revolução de 30. Apoiou Getúlio quer na defesa do Palácio da Guanabara, quando atacado pelos integralistas comandados por Severo Fournier, assim como na sua intervenção no Rio Grande do Sul para depor Flores da Cunha, preparando a implantação do Estado Novo. Participou da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Grande Guerra. De volta ao Brasil em 1945, participou de articulações políticas, tendo seu nome cogitado para a Presidência da República. Foi nomeado comandante da Escola Superior de Guerra. Em 1954, elegeu-se governador de Pernambuco. Participou ativamente do golpe de 64. No Governo Castello Branco, assumiu o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, depois transformado em Ministério do Interior. Faleceu em 1981.

[2] Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribemirim (CE) em 1898. Estudou na Escola Militar do Realengo (RJ). Em 1924, participu do levante que tantou derrubar o Presidente Arthur Bernardes. Em 1926, integrou a Coluna Prestes, na qual foi preso em combate e libertado no governo de Washington Luís. Comandou as forças nordestinas que apoiam Getúlio Vargas em 1930, ganhando o apelido de "Vice-Rei do Norte". Participou da repressão à Revolução Constitucionalista de 1932. Durante a Era Vargas, foi Ministro da Agricultura e depois Ministro dos Transportes. Anos mais tarde, romperia com Vargas e envolveu-se nas conspirações que levam à sua deposição em 1945. Foi Comandante da Escola Superior de Guerra entre 1952 e 1954. Em 1954, foi um dos líderes da articulação política que resultou no suicídio de Vargas. No ano seguinte, candidatou-se a Presidência da República pelo PDC (apoiado pela UDN), perdendo nas eleições para Juscelino Kubitschek. Em 1962, se elegeu deputado federal pela Guanabara. Defendia a posição que ficou conhecida como 'entreguista' em relação à exploração de petróleo no Brasil, tendo sido o principal líder dos que se opunham à criação da Petrobras. Foi Ministro dos Transportes no Governo Castello Branco. Faleceu em 1975.

[3] Cid Feijó Sampaio nasceu no Recife em 1910. Opôs-se ao Movimento Militar de 1964 mas filiou-se à ARENA e foi eleito deputado federal em 1966. Em 1978, disputou as eleições para o Senado em uma sublegenda da ARENA, tendo como adversários os candidatos Jarbas Vasconcelos (MDB) e Nilo Coelho, este também da ARENA mas apoiado pelo então governador Moura Cavalcanti. Nilo Saiu vitorioso devido à soma dos votos das sublegendas da ARENA. Com o falecimento de Nilo Coelho em 1983, Cid Sampaio veio a ocupar o cargo de senador até o ano de 1987. Faleceu em 2010.

[4] Egydio Ferreira Lima nasceu em Pernambuco em 1929. Elegeu-se vereador em Timbaúba, na Zona da Mata Norte, em 1951, quando ainda era estudante. Foi juiz de Direito, mas deixou a magistratura para continuar na política, sendo eleito deputado estadual em 1967 pelo MDB. Em março de 1969, foi cassado pelo regime militar. Em 1982, elegeu-se deputado federal, voltando à Câmara dos Deputados em 1986. Foi o relator da Comissão de Organização dos Poderes da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88.

[5] Marcos de Barros Freire nasceu no Recife em 1931. Graduou-se em Direito na UFPE em 1955. Em 1963, tornou-se Secretário de Assuntos Jurídicos e, mais tarde, de Abastecimento e Concessões da prefeitura do Recife, quando era filiado ao PSB. Em 1968, foi eleito prefeito de Olinda pelo MDB, renunciando ao cargo pouco antes de assumi-lo, em protesto contra a cassação do mandato do vice-prefeito eleito, Renê Barbosa, pelo AI-5. Afastado da política, passa a lecionar na Escola Superior de Relações Públicas de Recife, onde permaneceu até 1970, quando se candidatou e foi eleito deputado federal pelo MDB, com a maior votação do Estado. Defendeu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a anistia para os cassados e banidos pelo regime militar, a eleição direta em todos os níveis, a reforma agrária e o fim da censura aos órgãos de imprensa. Candidato-se ao Senado em 1974, quando derrotou o senador João Cleofas (ARENA). Em 1982, seria derrotado por Roberto Magalhães na eleição para governador de Pernambuco. Foi presidente da Caixa Econômica Federal de 1985 a

1987 e Ministro da Reforma Agrária no Governo Sarney de junho a 8 de setembro de 1987, quando morreu em um acidente aéreo, no sul do Pará.

[6] Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho nasceu em João Pessoa (PB) em 1923. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, faria em Pernambuco sua carreira política. Filiação ao PSD, foi secretário do Governo Cordeiro de Farias (1958/59). Em 1966, se elegeria deputado federal já pelo MDB, sendo reeleito consecutivamente em 1970, 1974, 1978 e 1982. Em 1980, fez parte do Partido Popular, criado por Tancredo Neves. Com a incorporação do PP ao PMDB, migrou para o PDS. Renunciou ao mandato em fevereiro de 1986 para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Cadeirante, defendeu os direitos das pessoas com necessidades especiais. Faleceu em 2004.

[7] Lysâneas Dias Maciel nasceu em Patos de Minas (MG) em 1926. Teve uma juventude marcada pelo seu engajamento na Igreja Evangélica. Graduou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1951. Era considerado um dos mais brilhantes advogados trabalhistas do país. Após o golpe 64, atuou como advogado de presos políticos, o que o aproximou gradativamente da esquerda política. Em 1970, elegeu-se deputado federal (MDB) pela Guanabara, reelegendo-se em 1974. Era considerado pela imprensa um dos mais atuantes parlamentares do Congresso Nacional, em especial na Comissão de Direitos Humanos. Em abril de 1976, durante o Governo Geisel, teve seu mandato cassado após um protesto contra a cassação dos deputados gaúchos Amaury Müller e Nadyr Rossetti. Cassado, partiu com a família para Suíça. Em Genebra, trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas, exercendo funções na Comissão de Justiça e Serviço e na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Com a Lei da anistia e extinção do bipartidarismo, participou da criação do PDT, mas deixou o partido em 1981 para tornar-se militante do PT. Em 1982, disputou o Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo PT, nas eleições vencidas por Leonel Brizola. Retornou ao PDT e mais uma vez se elege deputado federal. Deixa o Congresso Nacional definitivamente em 1992. Nas eleições de 1996, elegeu-se vereador do Rio de Janeiro. Faleceu em 1999.

[8] José Guilherme de Araújo Jorge nasceu em 1014 na Vila de Tarauacá (AC). Formou-se em Direito pela Universidade do Brasil. Em 1970, elegeu-se deputado federal do MDB pela Guanabara, reelegendo-se em 1974 e em 1978. Foi locutor e produtor de programas radiofônicos. Conhecido como o Poeta do Povo e da Mocidade pela sua mensagem social e política e por sua obra lírica. Faleceu em 1987.

[9] Francisco José Pinto dos Santos nasceu em Feira de Santana (BA) em 1930. Foi vereador (PSD) nessa cidade em 1950 e em 1954. Graduou-se em Direito pela UFBA. Eleito prefeito do município em 1962, teve seu mandato cassado. Elegeu-se deputado federal pelo MDB em 1970. Em 1974, concedeu uma entrevista à Rádio Cultura de Feira de Santana na qual denunciou a ditadura chilena de Augusto Pinochet, numa manifestação considerada ofensiva pelas autoridades brasileiras. O Departamento Nacional de Telecomunicações determinou o fechamento da emissora e o governo abriu um processo que resultou em seis meses de reclusão. Após cumprir a pena, foi submetido a oito processos e também a IPMs, atuando em causa própria. Reeleito deputado federal em 1978, foi um dos fundadores do PMDB, sendo escolhido Secretário-Geral do diretório nacional. Reelegeu-se deputado federal em 1982 e 1986. Faleceu em 2008.

[10] José Alencar Furtado nasceu em Araripe (CE) em 1925. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1950. Militou na Esquerda Democrática, uma dissidência udenista que originaria o PSB. Na década de 50, migrou para o Paraná, onde fez carreira política. Elegeu-se deputado federal pelo MDB em 1970 e 1974, chegando a líder da bancada. Teve o seu mandato cassado em junho de 1977. De volta à cena política após a decretação da anistia, foi reeleito deputado federal em 1982 pelo PMDB. Em 1985, disputou a presidência da Câmara dos Deputados contra Ulysses Guimarães, sem êxito. No pleito de 1986, disputou o governo do Paraná pelo PMB, em chapa com o então pedetista Jaime Lerner, mas foi derrotado por Álvaro Dias (PMDB), o que o levou a abandonar a vida política.

[11] José Santilli Sobrinho nasceu em Mineiros do Tietê (SP) em 1922. Graduou-se em Economia na Universidade do Paraná e pela Escola Superior de Educação Física do mesmo Estado. Também cursou a Escola Superior de Guerra (ESG). Ingressou no Partido Democrata Cristão (PDC) em 1953, transferindo-se posteriormente para o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1966, elegeu-se deputado federal pelo MDB, reelegendo-se em 1970, 1974 e 1978. Foi um dos fundadores do PMDB. Em 1982, venceu as eleições para prefeitura de Assis pelo PMDB. Em 1988, foi um dos fundadores do PSDB, partido pelo qual se reelegeu prefeito em 1992. Faleceu em 2006.

[12] José de Freitas Nobre nasceu em Fortaleza (CE) em 1921. Graduou-se pela Faculdade de Direito (USP) em 1948. Foi presidente do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e vice-prefeito de São Paulo na gestão Prestes Maia. Em 1970, foi eleito deputado federal pelo MDB (SP). Tornou-se líder do partido na Câmara de Deputados e foi um dos políticos que, da tribuna, mais se opôs à ditadura militar. Foi também líder espírita. Em 1970, obteve seu doutorado em Direito e Economia da Informação pela Faculté de Droit et Sciences Économiques (Paris). Foi professor titular da Escola de Comunicações e Artes (USP). Exerceu cinco mandatos como deputado federal, chegando à 1° vice-presidência da Câmara dos Deputados. Atualmente, um auditório da Câmara dos Deputados tem o seu nome. Faleceu em 1990.

[13] Antonio Paes de Andrade nasceu em Mombaça (CE) em 1927. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Distrito Federal em 1953. Foi eleito deputado estadual no Ceará pelo PSD em 1950 e reeleito em 1954 e 1958. Elegeu-se deputado federal em 1963 e depois em 1966, já pelo MDB. Foi presidente da Câmara dos Deputados de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1991. Como presidente da Câmara dos Deputados e substituto constitucional do presidente José Sarney, Paes de Andrade assumiu a Presidência da República por 12 vezes durante o ano de 1989. Em uma dessas oportunidades, aproveitou para fazer uma visita presidencial à sua cidade natal, acompanhado de uma expressiva comitiva, sendo acusado de gastos excessivos. Foi por isto apelidado de "Presidente Mombaça". Foi embaixador do Brasil em Portugal de 2003 a 2007.

[14] Domingos de Freitas Diniz Neto nasceu em Araioses (MA) em 1933. Engenheiro civil formado em 1956 na UFRJ, no Governo José de Matos Carvalho fundou e dirigiu a Companhia Energética do Maranhão. Em 1966, foi eleito deputado federal pelo MDB, reelegendo-se em 1970 e 1974. Com a volta do pluripartidarismo, filiou-se ao PT. Defendeu o comparecimento dos petistas ao Colégio Eleitoral em 1985. Como o partido tomou a decisão contrária, desligou-se da agremiação e não disputou mais eleições.

[15] Marcondes Iran Benevides Gadelha nasceu em Sousa (PB) em 1943. Formou-se em Medicina pela UFPE. Exerceu o cargo de deputado federal pelo MDB por seis legislaturas, no período de 1971 a 2011. Também exerceu o cargo de Senador de 1983 a 1991. Sua base política está na Paraíba, Estado no qual preside o PSC (Partido Social Cristão).

[16] Nadyr Rossetti nasceu em 1937 em Caxias do Sul. Graduou-se em Direito (UFRGS) em 1962. Começou como vereador em Caxias do Sul pelo PTB, elegendo-se deputado federal pelo MDB em 1967. Foi cassado em 1976. Após a anistia, filia-se ao PDT e elege-se deputado federal em 1982. Tentou a releição em 1986, sem êxito. Após a derrota em 1988 para a prefeitura de Caxias do Sul, abandonou a vida política.

[17] Getúlio Dias nasceu em Pelotas (RS) em 1934. Formou-se em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas em 1967. Foi eleito vereador pelo PTB na legislatura 1960/1963, senso preso e enfrentando IPM nos primeiros meses 1964. Em 1970, elegeu-se deputado federal pelo MDB, voltando à Câmara dos Deputados em 1974 e 1978. Em 1969, quando a Junta Militar assumiu o comando do país, afirmou que a Praça dos Três Poderes havia sido transformada no “poder dos três praças”. Anos mais tarde, no recinto do Tribunal Superior Eleitoral, na noite em que a sigla do PTB foi dada a Ivete Vargas, Getúlio sofreria seu último processo, quando declarou: “Transformaram este Tribunal na latrina do Palácio do Planalto”. Em 1979, compareceu a Lisboa para o Encontro dos

Trabalhistas para a reorganização do PTB. Em1982, concorreu pelo PDT gaúcho ao Senado, sem êxito. Faleceu em 2002.

[18] Alceu de Deus Collares nasceu em Bagé (RS) em 1927. Graduou-se em Direito pela UFRGS em 1960. Ingressou no PTB e aproximou-se de Leonel Brizola. Em 1964, foi eleito para o cargo de vereador. No MDB, elegeu-se deputado federal em 1970, 1974 e 1978. Neste ano, fundou o Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta. Participou da reorganização do PTB, que acabou frustrada. Em 1981, ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual Collares seria líder de bancada no Congresso Nacional. Foi candidato ao governo gaúcho em 1982, sendo derrotado por Jair Soares. Mas ganhou a prefeitura de Porto Alegre em 1986. Em 1990, com o apoio de Leonel Brizola, foi eleito governador do Rio Grande do Sul. Elegeu-se deputado federal em 1998, vencendo de novo em 2002. Em 2000, candidatou-se a prefeito de Porto Alegre, sendo derrotado por Tarso Genro. Nas eleições de 2006, foi o candidato do PDT ao governo do Estado, ficando em 5º. lugar. Sem nenhum cargo público, passou a integrar o Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

[19] Amaury Muller nasceu em Cruz Alta (RS) em 1936. Filiou-se ao PTB na década de 50. Graduou-se em Economia em 1962 pela PUC-RS. Em 1964, foi preso pelo regime militar. Seu primeiro mandato como deputado federal foi conquistado em 1970, pelo MDB. Reelegeu-se em 1974, mas, em março de 1976, foi cassado através do AI-5, por ter feito discurso contrário ao regime militar. Depois de se transferir para o PDT, Amaury Müller exerceu outros três mandatos na Câmara dos Deputados: 1983, 1987 e 1991. Durante a Constituinte, apresentou a proposta de aposentadoria para a dona de casa. Faleceu em 2001.

[20] Jaison Tupi Barreto nasceu em Laguna (SC) em 1933. Graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1957. Elegeu-se deputado federal pelo MDB em 1970, retornando à Câmara em 1974. Em seguida, elegeu-se para o Senado Federal em 1978. Candidatou-se ao governo de Santa Catarina em 1982, sem êxito. Em 1985, negou-se a votar no Colégio Eleitoral, incompatibilzando-se com o PMDB. Filiou-se ao PDT para as eleições de 1986, mas não obteve mandato de deputado federal. Filiou-se ao PSDB, mas não voltou a disputar eleições.

[21.] Fernando Cunha Júnior nasceu em Itumbiara (GO) em 1935. Graduou-se em Direito pela UFG em 1960. Após o golpe de 64, participou do primeiro grupo de advogados de presos políticos do país. Em 1970, elegeu-se deputado federal pelo MDB. Tornaria a eleger-se em 1986, com mandato para a Constituinte. Mas não alcançaria êxito na disputa em 1990. Filiou-se ao PST, que depois se tornaria o PP. Foi chefe de Gabinete na gestão de Henrique Santillo no Ministério da Saúde (1993-1995).

[22] Josaphat Ramos Marinho nasceu em Ubaíra (BA) em 1915. Graduou-se em 1938 pela Faculdade de Direito da Bahia. Em 1955, elegeu-se deputado estadual pela UDN. Em 1959, o governador Juracy Magalhães o designa Secretário do Interior e Justiça do Estado. Em 1961, foi nomeado por Jânio Quadros presidente Conselho Nacional do Petróleo. Em 1962, elegeu-se para o Senado Federal pela Bahia. Concluído o mandato, afastou-se da vida pública, voltando a se dedicar à advocacia e ao magistério superior na Universidade de Brasília.Na época, foi advogado de presos políticos. Em 1985, foi designado para a Comissão Arinos. Em 1986, concorreu ao Governo da Bahia pelo PFL, com o apoio de Antonio Carlos Magalhães, perdendo o pleito para Waldyr Pires (PMDB). Voltaria a eleger-se senador em 1990, durante o qual foi relator-geral do novo Código Civil brasileiro, aprovado no Senado depois de 22 anos de tramitação no Congresso Nacional. Faleceu em 2002.

[23] Oscar Pedroso Horta nasceu em São Paulo (SP) em 1908. Graduou-se em Direito pela USP em 1930. Simpatizante de Getúlio Vargas, mais tarde vinculou-se ao PSP de Adhemar de Barros, com quem romperia para apoiar Jânio Quadros na eleição para governador em 1954. Em 1957, foi derrotado por Adhemar na disputa pela prefeitura de São Paulo. Nomeado Secretário de Justiça no Governo Jânio, foi Ministro da Justiça quando esse assumiu a Presidência da República. Elegeu-se deputado federal pelo MDB em 1966 e 1970, sendo escolhido líder da bancada. Faleceu em 1975.

[24] Clemens Vaz Sampaio foi um advogado, nascido em Brejões (BA) em 1924. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo PTB. Assumiu o mandato de deputado federal pelo MDB de maio 1967 a janeiro 1968. Faleceu em 2013.

[25] Antonio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em Salvador (BA) em 1927. Era conhecido pelo acrônimo ACM. Formou-se em Medicina (UFBA) em 1952. Em 1954, elege-se deputado estadual pela UDN, elegendo-se deputado federal em 1958 e 1962. Era um dos grandes amigos do presidente Juscelino Kubitschek, apesar de pertencerem a partidos opostos. Apoiou o golpe de 64, reelegendo-se deputado federal em 1966 (ARENA). Em 1967, foi nomeado prefeito de Salvador pelo governador Luís Viana Filho. Em 1970, foi designado Governador da Bahia pelo Presidente Medici. Em 1975, é nomeado presidente da Eletrobrás pelo Presidente Geisel, cargo ao qual renunciou em1978 para o 2º mandato como governador. Filiou-se ao PDS em fevereiro de 1980, conseguindo eleger seu correligionário João Durval governador do Estado. Entusiasta de Mário Andreazza à sucessão do Presidente Figueiredo, opôs-se firmemente à candidatura de Paulo Maluf, criticando publicamente o Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos: "Trair a Revolução de 1964 é apoiar Maluf para presidente". Seu apoio teria sido decisivo para a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, que lhe nomearia Ministro das Comunicações. Seu grupo político sofreu uma derrota em 1986, quando Waldyr Pires venceu Josaphat Marinho na disputa pelo governo do Estado. Em 1990, elege-se Governador da Bahia. Aliado de Fernando Collor até a última hora, teve reduzida sua influência política durante o governo Itamar Franco, mas reverteu tal situação ao se posicionar como um dos artífices da aliança entre o PSDB e o PFL que elegeu Fernando Henrique Cardoso Presidente em 1994, mesmo ano em que ACM foi eleito senador. Em 2006, seus candidatos a governador (Paulo Souto) e a senador (Rodolpho Tourinho) não foram reeleitos, sendo derrotados respectivamente por Jaques Wagner (PT) e João Durval Carneiro (PDT). A continuidade da vida política do clã parece uma tarefa que cabe a seu neto Antonio Carlos Magalhães Neto, eleito deputado federal em 2002, 2006 e 2010 e prefeito de Salvador em 2012. ACM faleceu em 2007.

[26] Alfredo Buzaid nasceu em Jaboticabal (SP) em 1914. Bacharelou-se em Direito (USP) em 1935. Em 1960, foi nomeado pelo Governo Federal para elaborar o Anteprojeto do Código de Processo Civil. Em 1966, tornou-se diretor da Faculdade de Direito da USP. Em 1969, chegaria a vice-reitor da Universidade. Foi Ministro da Justiça de 1969 a 1974, sendo um dos mentores intelectuais do Código de Processo Civil. Era considerado um jurista autoritário e aliado da linha-dura do regime militar. Em 1982, foi nomeado ministro do STF. Faleceu em 1991.

[27] Afonso Augusto de Albuquerque Lima nasceu em Fortaleza (CE) em 1909. Seguiu carreira militar e em 1967 tornou-se Ministro do Interior de Costa e Silva. Em 1969, tentou ser indicado à sucessão na Presidência da República, mas foi derrotado por Médici. Nacionalista e ligado à linha-dura, era um nome forte para a sucessão de Médici, mas não contou com o apoio do Ministro do Exército, Orlando Geisel, a quem coube conduzir a forma de retirá-lo da disputa, abrindo caminho para a futura escolha de seu irmão, Ernesto Geisel. Orlando conseguiu apoio no Alto-Comando do Exército para não promover Albuquerque Lima a general-de-exército, o que era necessário para que não fosse compulsoriamente aposentado, o que por fim aconteceu. Faleceu em 1981.

[28] Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu no Recife em 1897. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1917. Mudando-se para o Rio de Janeiro, dedicou-se ao jornalismo. Em 1921, começa a trabalhar no *Jornal do Brasil*, escrevendo nesse jornal até a data da sua morte. Exerceu a presidência da Associação Brasileira de Imprensa nos períodos de 1926-1927, 1930-1932 e 1978-2000. Elegeu-se deputado federal por Pernambuco em 1935 e novamente em 1945, quando foi deputado constituinte. Renunciou em 1948 para assumir o cargo de governador de Pernambuco. Em 1959, mais uma vez se elegeria deputado federal (PE). Jornalista emérito e de grande influência, recebeu em 1984 o Prêmio Imprensa e Liberdade. Em 1979, participou da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Em 1992, foi o primeiro signatário do pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Nacionalista histórico, participou de manifestações contrárias às privatizações de empresas públicas. Em 1998, foi contrário à revisão constitucional que permitia a reeleição dos ocupantes de cargos executivos. Faleceu em 2000, aos 103 anos de idade.

[29] Nelson de Souza Carneiro nasceu em Salvador (BA) em 1910. Formado na Faculdade de Direito da Bahia em 1932, foi preso ao apoiar a Revolução Constitucionalista. Em 1950, elegeu-se deputado federal pela UDN. No ano seguinte, apresentou seu 1º. projeto divorcista, assim como um outro, que igualava a mulher casada ao marido, protagonizando acerbos debates com o Padre Arruda Câmara. Elegeu-se deputado federal pelo PSD em 1958 e em 1962. Foi o autor da emenda que instituiu o parlamentarismo no Brasil, de modo a assegurar a posse do vice-presidente João Goulart na Presidência. Reelege-se em 1966, já pelo MDB. Elege-se senador pela Guanabara em 1970. Após 26 anos de postulação, obteria em 1977 a aprovação da Lei 6.515, instituindo o divórcio no Brasil. Reeleito em 1978, filiou-se ao PTB de Ivete Vargas, mas tomaria o rumo do PMDB em 1979. Reelege-se senador em 1986, sendo escolhido presidente do Senado Federal no ano seguinte. Disputou a reeleição em 1994 pelo Partido Progressista, mas não obteve êxito. Faleceu em 1996.

[30] Ernâni do Amaral Peixoto nasceu Rio de Janeiro em 1905. Ingressou na Escola Naval em 1923, formando-se pela Escola Politécnica em 1927. Participou do movimento tenentista e, após a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, lutou ao lado das forças governamentais. Casou-se com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas. Nomeado em 1937 interventor federal no Rio de Janeiro, participou da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Fábrica Nacional de Motores. Em 1946, foi deputado constituinte pelo PSD. Em 1950, elege-se governador do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Viação e Obras Públicas de Juscelino Kubistcheck. Em 1966, elege-se deputado federal pelo MDB, e em 1970 vence as eleições para o Senado. Em 1978, é escolhido indiretamente para o Senado pela Assembleia Legislativa fluminense. Após 1979, ingressou no PDS. Faleceu em 1989.

[31] Paulo Brossard de Souza Pinto nasceu em Bagé (RS) em 1924. Formou-se em Direito em 1947 pela UFRGS. Defensor ardoroso do parlamentarismo, se aproximou de Raul Pilla e foi eleito deputado pelo PL em 1954, 1958 e 1962. Elege-se deputado federal pelo MDB em 1966. Perdeu as eleições para o Senado em 1970 para Daniel Krieger e Tarso Dutra, candidatos da ARENA. Eleito senador em 1974, foi primeiro vice-presidente nacional do MDB (1975-1979). Em 1978, foi candidato a vice-Presidente da República na chapa do General Euler Bentes, sendo derrotados no Colégio Eleitoral pelo General Figueiredo e por Aureliano Chaves (ARENA). Em 1982, perde a reeleição para o Senado para Carlos Chiarelli (PDS). Escolhido Consultor-Geral da República pelo Presidente Sarney, foi posteriormente nomeado Ministro da Justiça, deixando o cargo pela sua nomeação para o STF. Aposentou-se em 1994.

[32] Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu no Recife em 1940. Formou-se em Direito pela UFPE. Em 1963, elegeu-se presidente da União Metropolitana dos Estudantes de Pernambuco, numa campanha que contou com o apoio financeiro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, organização de direita criada no final de 1961. Em 1966, elegeu-se deputado estadual (ARENA) e a seguir deputado federal em 1970 e 1974. Foi escolhido presidente da Câmara dos Deputados em março de 1977. Contrário à supressão das prerrogativas do Congresso Nacional com as medidas baixadas no 'Pacote de Abril', não tomou parte nas cerimônias que marcaram a vigência das medidas baixadas pelo Poder Executivo, mas não polemizou a respeito do assunto, o que lhe valeu a nomeação para o Governo de Pernambuco pelo próprio Geisel, em 1978. Eleito senador em 1982, foi uma das alternativas civis à sucessão do Presidente Figueiredo, pela sua grande capacidade de articulação. Mas restrições da legislação partidário o impediram. Com a vitória de Paulo Maluf na convenção do PDS em 1984, Maciel e outras lideranças deixaram o partido, vindo a se agrupar na Frente Liberal (embrião do PFL, o atual Democratas), apoioando em seguida a candidatura de Tancredo Neves. Em 1985, é nomeado Ministro da Educação, remanejado por Sarney em 1986 para a chefia da Casa Civil. Em 1987, reassume a cadeira no Senado e ajuda a articular o *Centrão*, bloco suprapartidário de direita na Constituinte. Em 1989, apoiaria a candidatura de Fernando Collor, mesmo diante da candidatura pefelista de Aureliano Chaves. Reelege-se senador em 1990, passando a líder do governo Collor no Senado. Em 1994, foi escolhido pelo PFL para candidato a vice-presidente na chapa de Fernando Henrique Cardoso, cargo que voltaria ocupar com a reeleição de Cardoso em 1998. Conquistou seu 3º. mandato como Senador em 2002. Nas eleições de 2010, não conseguiu obter novo mandato no Senado, após 44 anos na vida política.

[33] Airton Soares nasceu em Jundiaí (SP) em 1959. Graduado em Direito, tornou-se conhecido ao defender dezenas de presos políticos em São Paulo. Elegeu-se pelo MDB em 1974 e 1978, mas saiu do partido em 1980 para fundar o PT. Em 1982, elegeu-se deputado federal e tornou-se líder da bancada. Em outubro de 1984, juntamente com José Eudes e Bete Mendes, anunciou que iria ao Colégio Eleitoral votar em Tancredo Neves. Fustigados pelo PT, os três entregaram seus pedidos de desligamento entre fevereiro e maio de 1985. Foi candidato a deputado em 1986 pelo PMDB, mas não obteve êxito. Depois, foi candidato a prefeito (em 1999), a deputado federal (1990) e a vice-prefeito (1992), sempre pelo PDT, sem sucesso. Atualmente, advoga em S. Paulo, mantendo a filiação ao PDT.

[34] Elizabeth Mendes de Oliveira nasceu em Santos (SP) em 1949. Não concluiu o curso de Sociologia (USP) por proibição do Decreto-lei 477, em razão do seu envolvimento com a organização VAR-Palmares. Formou-se depois em Artes Cênicas pela USP. Em 1970, foi presa e torturada pelo DOI-CODI. Absolvida pelo STM, foi solta após 30 dias no cárcere. Participou ativamente de diversos movimentos sociais e sindicais, como a campanha pela regulamentação profissional de artistas e técnicos em espetáculos de diversões, o apoio às greves dos Metalúrgicos do ABC paulista e o movimento pela Anistia. Tem carreira artística voltada principalmente para a televisão. Foi uma das fundadoras do PT, pelo qual se elegeu federal em 1982. Foi, porém, expulsa do partido por haver votado Tancredo no Colégio Eleitoral. Elegeu-se pelo PMDB para a legislatura seguinte. Em 1985, foi autora de projeto que criava uma comissão encarregada da elaboração de projeto de Constituição, mas que foi arquivado. Quando exercia o seu 2º. mandato, integrou a comitiva presidencial de Sarney em visita oficial ao Uruguai. No dia 17 de agosto de 1985, ali encontrou, como adido militar da embaixada brasileira em Montevidéu, o militar Carlos Alberto Brilhante Ustra, em quem afirmou reconhecer aquele que teria sido seu torturador. O episódio ganhou ampla repercussão no país, reacendendo os debates sobre a amplitude da Lei da anistia assinada em 1979. Ustra não foi acusado, mas a sua carreira foi interrompida. Em resposta ao caso, até então omitido em seu currículo, o militar publicou *Rompendo o Silêncio*, tentando refutar as acusações. Mendes filiou-se ao PSDB e em 1987-88 foi Secretária Estadual de Cultura de S. Paulo. Presidiu a Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro em 1999, durante o governo Garotinho.O rompimento com o PT não a impediu de apoiar as candidaturas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive a última, em 2006, quando muitos artistas retiraram seu apoio a ele devido ao desgaste do chamado "mensalão".

[35] José Eudes elegeu-se em 1974 e 1978 pelo MDB, passando depois para o PT em 1982. Depois do desligamento do partido, ingressou no PSB, mas logo se transferiu para o PDT, pelo qual foi candidato em 1986, sendo derrotado. Mais tarde, foi um dos fundadores do PSDB, embora sem retornar às eleições. Atualmente, é diretor da Light Par (RJ) e ainda está filiado ao PSDB.

[36] Em janeiro de 1985, o PT fez uma convenção em Diadema e decidiu que nenhum parlamentar do partido deveria votar no Colégio Eleitoral. Mas Lula e José Genoino foram contra a expulsão dos que assim o fizessem. No dia 15 de janeiro de 1985, três dos oito deputados da bancada federal do PT votaram em Tancredo Neves. Os três - Airton Soares (de São Paulo), José Eudes e Bete Mendes (ambos do Rio de Janeiro) - foram estigmatizados pelo partido e pediram desligamento antes que a expulsão fosse consumada.

[37] Confira o artigo citado no Anexo abaixo.

[38] Nelson Marchezan nasceu em Santa Maria (RS) em 1938. Graduou-se em Direito na Universidade Federal de Santa Maria em 1964. Elegeu-se vereador pelo PDC em 1958 e deputado estadual oela ARENA em 1966. Em 1974, elege-se deputado federal, ganhando de novo em 1978. É escolhido presidente da Câmara dos Deputados em 1981. Torna-se a eleger-se deputado federal em 1982, pelo PDS. Líder do Governo Figueiredo na Câmara, votou contra a emenda das *Diretas-Já* em 1984 e votou em branco no Colégio Eleitoral em 1985. Derrotado na eleição para senador pelo Rio Grande do Sul em 1986, deixou a presidência estadual do PDS. Vencido por Alceu Collares ao disputar o governo gaúcho em 1990, foi Secretário Nacional de Comunicações no Governo Collor.

Eleito deputado federal pelo PPR em 1994, discordou da criação do PPB e por isso ingressou no PSDB, conquistando seu 5º. mandato em 1998. Faleceu em 2002.

[39] Renato Bayma Archer da Silva nasceu em São Luís (MA) em 1922. Ingressou na Marinha em 1941, passando para a reserva como capitão-de-fragata em 1961. Paralelamente, foi oficial de gabinete de seu pai, em 1947, quando este governava o Maranhão. Elegeu-se vice-governador do Estado pelo PSD em 1950 e deputado federal em 1954, 1958 e 1962. Foi Ministro interino das Relações Exteriores durante o Gabinete Tancredo Neves. Vitorioso o golpe de 64, disputou o governo do Maranhão pelo PTB em 1965, perdendo para José Sarney (UDN). Reelegeu-se deputado federal pelo MDB em 1966, dividindo sua ação parlamentar com o cargo de secretário-geral da Frente Ampla. Teve seus direitos políticos cassados em 1968. Em 1982, candidata-se novamente ao Governo do Maranhão, mais uma vez sem sucesso. Partidário da candidatura presidencial de Tancredo Neves, aproximou-se de José Sarney, seu rival histórico. Em 1985, seria nomeado Ministro da Ciência e Tecnologia. Faleceu em 1996.

[40] Olavo Egídio de Sousa Aranha Setúbal nasceu em São Paulo em 1923. Formado em engenharia pela USP, fundou a Deca, uma indústria especializada em louças sanitárias. Depois, foi responsável pelo crescimento e expansão do Banco Itaú, do qual era um dos maiores acionistas e presidente do conselho. Em 1975, foi nomeado prefeito de São Paulo pelo governador Paulo Egydio Martins. Não conseguiu a indicação da ARENA para o governo do Estado em 1978, o que o levou a se desfiliar do partido. Em 1980, fundou, ao lado de Tancredo Neves, o Partido Popular. Em 1985, foi um dos principais financiadores da vitoriosa campanha deJânio Quadros à prefeitura de São Paulo. Filiou-se ao PFL, tentando ser indicado pela sigla para a corrida ao governo estadual em 1986, sem êxito. Em 1985, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores do Governo Sarney. Faleceu em 2008.

[41] Francisco Waldyr Pires de Souza nasceu em Acajutiba em 1926. Graduou-se em Direito (UFBA) em 1949. Em 1950, foi Secretário de Estado no Governo Régis Pacheco. Em 1954, elegeu-se deputado estadual pelo PTB e deputado federal em 1958 pelo PSD, sendo vice-líder do Governo JK. Em 1962, candidatou-se ao Governo da Bahia o apoio do Partido Comunista, quando perdeu para Lomanto Júnior (UDN). Em 1963, foi nomeado Consultor-Geral da República pelo Presidente João Goulart. Cassado pelo AI-1, vai para o exílio no Uruguai. Em 1966, muda-se para a França, onde lecionaria em Dijon e em Paris. Volta ao Brasil em 1970. Em 1982, candidata-se ao Senado pelo PMDB, mas é derrotado por Luís Viana Filho (PDS). Em 1985, torna-se Ministro da Previdência Social. Volta a se candidatar ao governo da Bahia em 1986 contra o jurista Josaphat Marinho (PFL), apoiado por Antonio Carlos Magalhães. Após dois anos de governo, disputa em 1989 a candidatura à Presidência da República na convenção nacional do PMDB. Ao final, Ulysses Guimarães e Waldyr formam uma chapa única, com Waldyr na vice, renunciando ao governo da Bahia. Mas termina a eleição em 7º. lugar. O carlismo retorna ao poder em 1990 e ocuparia o governo da Bahia e as principais posições políticas no Estado até a vitória de Jaques Wagner (PT), em 2006. Elege-se deputado federal em 1990. Nas eleições seguintes, já no PSDB, foi derrotado por Waldeck Ornelas (PFL). Em 1998, volta a eleger-se deputado federal. Em 2002, candidatou-se a uma vaga no Senado pelo PT, perdendo para ACM. Em 2002, é nomeado por Lula ministro-chefe da Controladoria-Geral da União. Em 2006, assume o Ministério da Defesa, de onde seria exoneradopouco meses depois. Em 2012, é eleito vereador de Salvador pelo PT.

[42] Carlos Corrêa de Menezes Sant'anna nasceu em Salvador em 1931. Formou-se em Medicina pela UFBa em 1955. Em 1974, elegeu-se deputado estadual pela ARENA, licenciando-se para ocupar a Secretaria de Educação e Cultura do Governo Roberto Santos. Eleito deputado federal em 1978, migrou para o PP após o retorno ao pluripartidarismo. Com a incorporação ao PMDB, foi reeleito deputado federal em 1982 e 1986. Interrompeu seu mandato na Câmara para tornar-se Ministro da Saúde e depois Ministro da Educação no Governo José Sarney. Sanitarista histórico, ajudou na formação do SUS pela Constituinte de 1987-1988. Faleceu em 2003.

[43] Roberto Figueira Santos nasceu em Salvador em 1926. Formou-se em Medicina pela UFBA em 1949, tornando-se professor dessa instituição em 1951. Nomeado Secretário de Saúde da Bahia no Governo Luiz Viana Filho, reuniciaria para assumir a reitoria da UFBA. Ingressou na ARENA em

1974, sendo indicado para o governo da Bahia no interregno entre os dois primeiros mandatos de Antonio Carlos Magalhães. Foi na sua gestão que a PM baiana atiçou os cães pastores contra Ulysses Guimarães, num evento do MDB na Praça Dois de Julho. Em 1980, abrigou-se no PP fundado por Tancredo Neves. Em 1982, ingressou no PMDB, sendo derrotado por João Durval Carneiro na disputa pelo governo da Bahia. No Governo Sarney, foi presidente do CNPq e Ministro da Saúde. Candidato ao governo da Bahia em 1990, foi novamente derrotado, desta vez por Antonio Carlos Magalhães. Anos mais tarde, deixou o PMDB e foi para o PSDB, sendo eleito deputado federal em 1994, mesmo ano em que se aposentou de suas atividades na UFBA.

[44] Francisco Oswaldo Neves Dornelles nasceu em Belo Horizonte em 1935. Tem parentesco com Getúlio Vargas) no lado paterno e de Tancredo Neves pelo lado materno. Formado em Direito pela Universidade do Brasil, iniciou sua carreira de administrador e político trabalhando com Tancredo na Secretaria de Finanças de Minas Gerais, em 1959. Foi seu secretário particular durante o período em que Tancredo foi Primeiro-Ministro. Foi secretário da Receita Federal em 1979 e Ministro da Fazenda em 1985. Elegeu-se deputado federal pela 1ª. vez em 1986 (PFL), sendo reeleito por mais 4 vezes seguidas (PDS-PPR-PPB). Disputou a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1992, ficando em 7º. lugar. Foi também Ministro da Indústria e Comércio e Ministro do Trabalho no Governo FH Cardoso. Em 2006, foi eleito senador pelo Rio de Janeiro na legenda do PP.

[45] José Paulo Sepúlveda Pertence nasceu em Sabará (MG) em 1937. Bacharel em Direito pela UFMG (1960), foi 1º vice-presidente da UNE em 1959. Em 1963, ingressou no Ministério Público (DF). Entre 1965 e 1967, foi assessor do Ministro Evandro Lins e Silva no STF, sendo cassado em 1969 pela Junta Militar. Desde então, se dedicou à advocacia, em escritório montado com o ex-ministro do Victor Nunes Leal, ocupando também cargos na OAB. Escolhido por Tancredo Neves Procurador-Geral da República em 1985, foi também membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Em 1989, foi nomeado Ministro do STF pelo Presidente Sarney, aposentando-se em 2007. Presidiu a Comissão de Ética Pública da Presidência da República de 2007 a 2012.

[46] Miguel Reale Júnior nasceu em São Paulo em 1944, sendo filho do também jurista Miguel Reale. Graduou-se em 1967 pela Faculdade de Direito (USP), na qual é Professor Titular de Direito Penal. Entre 1980 e 1984, foi membro da Comissão Elaboradora da Parte Geral do Código Penal e da Lei de Execução Penal. Em 1983, no Governo Montoro, torna-se Secretário de Segurança Pública de São Paulo. Em 1995, é nomeado Secretário da Administração e Modernização do Serviço Público no Governo Covas. Em 2002, torna-se o Ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso por breve período. Foi militante do PMDB e depois se filiou ao PSDB.

[47] Miguel Reale nasceu em São Bento do Sapucaí (SP) em 1910. Formou-se em Direito em 1934 (USP), na qual foi professor catedrático (1941) e reitor da universidade (1949/1950 e 1969/ 1973). Ficou conhecido como formulador da teoria tridimensional do direito. Em 1969, foi nomeado pelo Presidente Costa e Silva para a "Comissão de Alto Nível" incumbida de rever a Constituição de 1967. Resultou desse trabalho parte do texto da Emenda Constitucional nº 1 (1969), que consolidou o regime militar no Brasil. Foi supervisor da comissão elaboradora do novo Código Civil brasileiro, sancionado em 2002. Teve atuação de relevo também no campo da filosofia. Foi um dos líderes e teóricos do integralismo no Brasil. Posteriormente, defendenderia um liberalismo social. Faleceu em 2006.

[48] Luiz Carlos Sigmaringa Seixas nasceu em Niterói em 1944. Formado em Administração Pública na FGV em 1967 e bacharel em Direito em 1968 (UFF), foi advogado de presos políticos, conselheiro da OAB no Distrito Federal (1976-1984), consultor da Anistia Internacional, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e vice-presidente do Comitê Brasileiro de Anistia. Filiado ao PMDB, trabalhou na Fundação Pedroso Horta e dirigiu o Departamento Federal de Justiça na gestão de Fernando Lyra no Ministério da Justiça, no Governo José Sarney. Em 1986, elegeu-se deputado federal constituinte pelo DF, reelegendo-se em 1990. Derrotado nas eleições para o Senado em 1994, filiou-se ao PT e foi candidato a vice-governador na chapa de Cristovam

Buarque em 1998, sem êxito. Reeleito deputado federal em 2002, ficou na suplência na eleição seguinte.

[49] José Paulo Cavalcanti Filho nasceu no Recife em 1948. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Foi secretário-geral do Ministério da Justiça e Ministro (interino) da Justiça no Governo Sarney. Foi Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), da Empresa Brasileira de Notícias (depois EBC), do Conselho de Comunicação Social (órgão do Congresso Nacional) e consultor da UNESCO e do Banco Mundial. Foi membro da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014).

[50] Marcello Augusto Diniz Cerqueira nasceu no Rio de Janeiro em 1938. Graduou-se pela Faculdade Nacional de Direito (RJ) em 1963. Filiou-se ao PCB nessa época. Foi um dos fundadores do Centro Popular de Cultura e da revista *Movimento*, da UNE, pela qual se elegeu vice-presidente na chapa de José Serra. Após o golpe de 64, foi para o exílio na Bolívia, Chile e, por fim, Europa. Retornou ao Brasil em 1965 e viveu em São Paulo, na clandestinidade. Depois, voltou ao Rio de Janeiro, reassumindo sua identidade e terminando o curso de Direito. Foi responsável pela própria defesa nos diversos processos a que respondeu. Entre os anos de 1968 e 1978, defendeu mais de mil pessoas acusadas com base na Lei de Segurança Nacional e em casos de "desaparecidos políticos". Em 1976, distribuiu uma carta à imprensa para denunciar as torturas sofridas por seu ex-colega da UNE, Aldo Arantes, detido em São Paulo sob a acusação de ser dirigente do PC do B. A carta tornou-se um marco histórico por ser a primeira denúncia formal de tortura publicada em veículos de comunicação. Em 1978, elegeu-se deputado federal (RJ) pelo MDB. Em 1979, propôs à Justiça Federal uma ação popular para anular a compra da Light, pertencente à companhia canadense Brascan, pela estatal Eletrobrás. No início de 80, sofreu dois atentados. Em 1985, foi nomeado consultor jurídico do Ministério da Justiça. No mesmo ano, lançou sua candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro, tendo como vice o jornalista João Saldanha, do PCB. Em 1986, concorreu a uma cadeira de deputado federal constituinte, sem êxito. Em 1996, defendeu a reabertura do "caso Riocentro" em artigo no *Jornal do Brasil*. Em 1997, participou da campanha contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Em 2010, concorreu ao Senado pelo PPS do Rio de Janeiro, sem sucesso. Foi assessor da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014).

[51] Confira entrevista com ele neste volume.

[52] Joaquim de Arruda Falcão Neto graduou-se em Direito pela PUC-RJ (1966), doutorando-se em Educação pela Universidade de Geneve (1981). Em 1985, foi membro da Comissão Afonso Arinos e chefe de Gabinete do Ministério da Justiça na gestão Fernando Lyra. Atualmente, é professor de Direito Constitucional e diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV).

[53] Ibrahim Abi- Ackel nasceu em Manhumirim (MG) em 1927. Em 1955, elegeu-se vereador em Manhuaçu (MG). De 1975 a 2007, exerceu sete mandatos como deputado federal por Minas Gerais, pela ARENA e depois pelo PDS e PPB. Foi Ministro da Justiça entre 1980 e 1985, no Governo Figueiredo. Em 2005, filiado ao Partido Progressista, foi relator da CPI do "mensalão".

[54] Mário Bernardo Garnero é um empresário brasileiro, nascido em Campinas (SP) em 1937. Em 1985, foi acusado de desviar 95 milhões de dólares, dinheiro dos clientes de seu banco Brasilinvest, para contas fantasmas. Banido do mercado financeiro, sob a acusação de estelionato, formação de quadrilha e operação fraudulenta, viu seu nome transformado em sinônimo de crime de colarinho-branco. O Banco Central decretou a intervenção extrajudicial do Brasilinvest e da distribuidora de títulos e valores mobiliários do grupo comandado pelo empresário. Em setembro, veio a falência. Teve bens bloqueados e todas as suas empresas importantes foram liquidadas. Em 1988, foi condenado pela Justiça Federal de São Paulo a cinco anos de prisão, mas nunca cumpriu a pena. Recorreu e em 1999 o STF decidiu arquivar os processos contra ele.

[55] Ernane Galvêas nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES) em 1922. Bacharelou-se em Ciências e Letras (1940), Contabilidade (1945), Economia (1956) e Direito (1964). Ingressou no Banco do Brasil em 1942, tornando-se em 1953 chefe adjunto do Departamento Econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Em 1961, deixou a SUMOC para tornar-se assessor econômico do Ministro da Fazenda, permanecendo na função até 1966, durante os governos Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco. No Governo Castello Branco, foi assessor econômico do Ministério da Fazenda, na gestão do ministro Octávio Gouvêa de Bulhões. Em 1968, assumiu a presidência do Banco Central, cargo que exerceu nos governos Costa e Silva e Médici, período em que Delfim Netto esteve à frente do Ministério da Fazenda. Em 1979, retornou à presidência do BACEN no Governo Figueiredo, assumindo em seguida o Ministério da Fazenda, em substituição a Karlos Rischbieter. Ao lado de Delfim Netto, passou a comandar a equipe econômica do governo. Em 1985, passou a atuar na área de consultoria econômica e exerce desde outubro de 1988 a função de Consultor Econômico da Presidência da Confederação Nacional do Comércio.

[56] Carlos Geraldo Langoni nasceu no Rio de Janeiro em 1944. Graduou-se em Economia na UFRJ e doutorou-se pela Universidade de Chicago. Foi membro do Conselho Monetário Nacional e presidente do Banco Central do Brasil de 1983 a 1985. Atualmente, é Consultor Sênior da Vale e Diretor do Centro de Economia Mundial (FGV-RJ).

[57] Evandro Cavalcanti Lins e Silva nasceu em Parnaíba (PI) em 1912. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1932. Ocupou o cargo de Procurador-Geral da República (1961-1963) e Ministro do STF (1963-1969) , quando foi aposentado pelo AI-6. Foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, em 1947, juntamente com Rubem Braga, Joel Silveira, entre outros. Foi também Ministro das Relações Exteriores, em 1963. Criou a expressão "legítima defesa da honra" para justificar o assassinato de Ângela Diniz pelo seu cliente Doca Street. Faleceu em 2002.

[58] Técio Lins e Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1950. Formou-se em 1968 pela Faculdade Nacional de Direito (RJ). Foi Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de 1987 a 1990. Em 2013, foi nomeado membro da comissão de juristas do Senado para a reforma da Lei de Execução Penal.

[59] Mário Sérgio Duarte Garcia nasceu em São Paulo em 1932. Graduou-se em Direito (USP) em 1954. Dirigiu a OAB-SP em 1983-85, e sua gestão foi marcada pelo engajamento na luta pela anistia aos presos políticos e de diversos nomes de destaque da advocacia paulista, como Dalmo de Abreu Dallari e José Carlos Dias, haviam sido presos pelo regime militar. Sua trajetória levou-o ao comando do Conselho Federal, quando presidiu o Comitê Suprapartidário que conduziu a campanha pelas *Diretas Já*.

[60] Fábio Konder Comparato nasceu em Santos (SP) em 1936. Graduou-se em Direito (USP) em 1959, doutorando-se pela Universidade de Paris em 1963. Depois de longa carreira universitária, recebeu em 2009 o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito (USP). Especializou-se inicialmente em Direito comercial, atuando intensamente nessa área. Mais tarde, passou a militar no Direito Constitucional, Direito do Desenvolvimento e Direitos Humanos. A pedido do PT, preparou um projeto de Constituição para o país, intitulado *Muda Brasil*. É fundador da Escola de Governo, entidade que tem por objetivo a formação de governantes. Expoente da intelectualidade de esquerda, foi um dos advogados de acusação no processo de *impeachment* do então Presidente Collor. É autor de uma das ações populares contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Em 2005, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência, atribuída pelo Grupo Tortura Nunca Mais àqueles que se destacaram na luta pelos Direitos Humanos.

[61] Evaristo de Moraes Filho nasceu no Rio de Janeiro em 1914. Formou-se em Direito na Universidade do Rio de Janeiro em 1937. É um dos pioneiros em Direito do Trabalho no Brasil. Foi secretário das Comissões Mistas de Conciliação no então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Escreveu o clássico *O problema do sindicato único no Brasil e seus fundamentos*

sociológicos. Teve destacada atuação no processo de elaboração da lei de regulamentação do direito de greve, em 1953, assim como na Comissão do Código do Trabalho, entre 1956 e 1958. Presidiu a Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Processual do Trabalho, em 1963 e 1964, redigindo o texto final. Integrou a Comissão Arinos em 1985, colaborando extensamente na parte relativa aos direitos sociais. Teve seu magistério na UFRJ cassado pelo AI-5, após ter sido preso incomunicável em cárcere do I Exército. A despeito do convite da Reitoria, recusou o benefício da Lei da Anistia, não mais voltando à Universidade. Em 1985, integrou a Comissão Arinos, colaborando intensamente na parte dos direitos sociais.

[62] Hélio Fernandes nasceu no Rio de Janeiro em 1920, sendo irmão do desenhista e humorista Millôr Fernandes. Seu primeiro emprego foi na revista *O Cruzeiro*, quando tinha 13 anos de idade. Cobriu a Assembleia Constituinte de 1946, na qual conheceu o jornalista Carlos Lacerda, com quem teve longa relação profissional e de amizade, vindo a trabalhar no recém-lançado jornal *Tribuna da Imprensa*. Foi assessor de imprensa de Juscelino Kubitschek na sua campanha à Presidência da República em 1955. Trabalhou também como comentarista político na televisão. Em 1962, adquiriu a *Tribuna da Imprensa*. Vários jornalistas importantes dessa época ganharam destaque com ele, como Paulo Francis e Sebastião Nery. Foi o redator do manifesto pela Frente Ampla, lançado por Juscelino, Lacerda e João Goulart e chegou a ser candidato a deputado federal pelo MDB, mas teve seus direitos políticos cassados em 1966. Foi preso várias vezes, inclusive no DOI-CODI, e obrigado a passar períodos de exílio interno em Fernando de Noronha e no Pantanal. Passou o comando do seu jornal a Hélio Fernandes Filho em 2007.

[63] Milton Viola Fernandes, mais conhecido como Millôr Fernandes, nasceu no Rio de Janeiro em 1923. Começou a trabalhar ainda jovem na redação da revista *O Cruzeiro*, produzindo de forma prolífica e diversificada seus desenhos e colunas de humor em publicações como *Veja*, *O Pasquim* e *Jornal do Brasil*. Faleceu em 2012.

[64] Pedro Jorge Simon nasceu em Caxias do Sul (RS) em 1930, sendo descendente de imigrantes libaneses originários de El Kufur. Formou-se em Direito pela PUC-RS. Fundou a Ala Moça do PTB em 1945, juntamente com Leonel Brizola, Sereno Chaise e Fernando Ferrari. Em 1958, elegeu-se vereador e deputado estadual em 1962. Já pelo MDB, reelegeu-se deputado estadual em 1966, 1970 e 1974. Apesar da herança trabalhista, foi um opositor de Leonel Brizola. Colaborador de Ulysses Guimarães, elegeu-se senador em 1978, ingressando no PMDB. Em 1982, perdeu a disputa pelo governo do Rio Grande do Sul para Jair Soares (PDS). Em 1983, foi nomeado 1º.vice-presidência do PMDB, coordenando as *Diretas Já* em 1984. Articulou com o PMDB e os dissidentes da Frente Liberal a formação da Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves e José Sarney. Em 1985, foi nomeado Ministro da Agricultura. Renunciou em 1986 para candidatar-se exitosamente ao governo do Rio Grande do Sul. Elegeu-se senador em 1990, sendo o coordenador e membro da CPI que levou ao *impeachment* de Fernando Collor. Em 2006, obteve seu quarto mandato como senador. Encerrou a vida pública em 2014.

[65] Claúdio Humberto é um jornalista e psicólogo, nascido em Alagoas em 1954. Tornou-se assessor de imprensa de Fernando Collor no início de 1986. Com a sua eleição em 1989, foi porta-voz do Presidente da República, com estilo agressivo e desaforado apelidado de "bateu-levou". Atualmente, tem o seu próprio blog de notícias.

[66] Paulo Brossard de Souza Pinto nasceu em Bagé em 1924. Formou-se em Direito pela UFRGS em 1947. Defensor ardoroso do parlamentarismo, aproximou-se de Raul Pilla, elegendo-se deputado estadual pelo PL em 1954,1958 e 1962. Em 1966, foi eleito deputado federal pelo MDB. Candidato a senador em 1970, foi preterido em favor de Daniel Krieger e Tarso Dutra (ARENA). Em 1974, elege-se senador gaúcho pelo MDB. Em 1978, foi candidato a Vice-Presidente da República na chapa do General Euler Bentes, sendo derrotados no Colégio Eleitoral por Figueiredo e Aureliano. Em 1982, foi derrotado por Carlos Chiarelli (PDS) ao tentar a reeleição. Escolhido Consultor-Geral da República por Sarney, foi posteriormente nomeado Ministro da Justiça. Em 1989, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Aposentou-se do STF em 1994.

[67] Dilson Domingos Funaro nasceu em São Paulo em 1933. Foi empresário do ramo de plásticos, proprietário da fábrica de brinquedos Trol. Presidiu o BNDES e foi Ministro da Fazenda no Governo Sarney entre agosto de 1985 e abril de 1987, lançando o Cruzado, um plano de estabilização monetária. Também foi o responsável pela assinatura da moratória unilateral da dívida externa brasileira em fevereiro de 1987. Em um cenário de crise econômica nacional e internacional, Funaro foi forçado a pedir demissão poucos meses depois. Faleceu em 1989.

[68] Antônio Aureliano Chaves de Mendonça nasceu em Três Pontas (MG) em 1929. Graduou-se em Engenharia Eletromecânica pelo Instituto de Engenharia de Itajubá em 1953. Em 1958, elegeu-se deputado estadual pela UDN, integrando a linha mais agressiva do partido, chamada de "Banda de Música". Em 1964, tornou-se Secretário de Estado da Educação e depois Secretário de Obras Públicas do Governo Magalhães Pinto. Em 1966, elegeu-se deputado federal pela ARENA. Em 1974, foi nomeado governador de Minas Gerais pelo Presidente Geisel. Em 1978, foi escolhido Vice-Presidente do General Figueiredo. Ocupou a Presidência da República por dois períodos (dois meses em 1981 e um mês em 1983), devido aos problemas de saúde de Figueiredo. Era um nacionalista ardoroso. Postulou ser o candidato do PDS à sucessão de Figueiredo, sem sucesso. Com a vitória de Maluf na convenção, aliou-se a outros dissidentes na formação da Frente Liberal, rompendo com o governo Figueiredo e cimentando a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral. Foi Ministro de Minas e Energia no governo Sarney e concorreu à Presidência nas eleições diretas de 1989 pelo PFL, tendo como vice Claudio Lembo. Mas ficou em 9º. lugar. Mais tarde, filiou-se ao PSDB, embora sem participação formal na política nacional. Faleceu em 2003.

[69] Carlos Castello Branco nasceu em Teresina (PI) em 1920. *Castellinho*, como era chamado, formou-se em Direito em Minas Gerais (1943), mas toda sua vida foi dedicada ao jornalismo. Começou nos Diários Associados em 1939 e, depois de exercer cargos de chefia, dedicou-se à reportagem política, inicialmente no *O Jornal* (1949), depois no *Diário Carioca* e, a seguir, na revista *O Cruzeiro*. Foi Secretário de Imprensa no Governo de Jânio Quadros (1961). Com a renúncia do Presidente, assumiu a chefia da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília (1962 a 1972). Ali nascia a *Coluna do Castello*, lida, apreciada e temida pelos políticos, pelo desvendamento dos bastidores do poder e da realidade política. Manteve essa coluna até o fim de sua vida, e seu acervo pode ser consultado na íntegra na internet. Ainda que ligado à UDN e incialmente simpático ao golpe de 64, após o AI-5, não escapou da prisão e de prestar depoimentos no DOPS. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1993.

ANEXO

REVISTA VEJA, n. 843, de 31/10/1984 -- p. 28

Estão tramando um golpe

Deputado do PMDB denuncia manobra continuísta e pede formação de uma frente pró-legalidade

"Vivemos uma situação tão perigosa quanto a que produziu o movimento de 1964, embora sob outra roupagem. Agora, uma pequena minoria fascista, majoritariamente civil e com cobertura de setores militares, tenta dar um "golpe branco" destinado a desestabilizar a candidatura de Tancredo Neves e a assegurar aos seus autores a continuidade no poder.

Não tenho a menor dúvida de que o tom agora dado à campanha malufista é uma demonstração evidente do processo preparado e posto em prática pelo braço político do fascismo, acobertado pelos órgãos de informações e gerenciado pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, usando a Polícia Federal e todos os meios sórdidos de corrupção e subversão. Paralelamente à persuasão por meio do dinheiro, a campanha malufista evoluiu para a adoção de métodos de força. Daí então a repressão, a invasão de jornais e a absurda prisão em massa de militantes esquerdistas neste final de semana.

As seguidas reportagens de *Veja* mostrando a escalada de ações clandestinas perpetradas por grupos residuais militares na tentativa de confundir a opinião pública provam o objetivo do estabelecimento de um clima propício a um golpe. Explicável, então, a reunião de 400 oficiais do Exército, articulada pelo Ministério do Exército e coordenada pelo general Iris Lustosa, chefe do Centro de Informações do Exército (CIEx), para uma aula de anticomunismo, desculpa para a acusação de apoio dos comunistas ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, tentando intrigá-lo com o Exército.

A cada dia, consolidada a convicção de que a candidatura governista não toma alento, os métodos de aliciamento vêm tomando um tom de despudor geral, sem disfarce. Cinicamente, o presidente do Senado, Moacyr Dalla, assim como os demais representantes malufistas no colegiado, impôs o voto secreto para a escolha dos delegados das Assembleias, exorbitando das prerrogativas constitucionalmente estabelecidas. O malufismo conspira às claras para inviabilizar o processo sucessório. Tentam-se, até mesmo, novas alquimias para roubar os votos dos delegados estaduais aliancistas.

Por fim, estarreceu a nação a intervenção federal na Assembleia do Maranhão, cujos deputados fizeram sua escolha submetendo-se a cárcere privado, cedendo a ameaças de instauração de processos criminais, à mira das metralhadoras e à presença coatora do general Danilo Venturini, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional.

Dada a sua natureza, todas estas manobras que se armam contra o país exigem, para a sua asfixia, a criação de uma frente antigolpe formada pelas Forças Armadas, entidades civis, empresários e trabalhadores, para lutar pela preservação da abertura política. É dever dos governadores de Estado que apoiam a Aliança Democrática se manterem alertas e denunciarem à nação todo tipo de tentativa de desestabilização do país. No Congresso Nacional, estaremos em vigília permanente até o dia 15 de março, para garantir a consolidação da abertura democrática".